



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS
(Gabinete do Presidente)

*Aprovada na sessão ordinária de
28 de setembro de 2018*

**ATA NÚMERO QUATRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DO CONCELHO DE BARCELOS**

-----Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e dezoito, reuniu, pela quarta vez, no Auditório dos Paços do Concelho, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal do Concelho de Barcelos, depois de ter sido previamente anunciada por edital datado de dezoito de junho de dois mil e dezoito, o qual foi afixado nos lugares habituais e publicado num jornal semanal desta cidade para conhecimento público, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA.-----

-----Sessenta minutos destinados à discussão dos assuntos constantes no artigo onze do Regimento da Assembleia Municipal.-----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

-----Trinta minutos reservados ao público nos termos do artigo doze do Regimento da Assembleia Municipal.-----

-----ORDEM DO DIA.-----

-----Ponto um – Aprovação da ata da sessão de vinte e sete de abril de dois mil e dezoito;-----

-----Ponto dois – Discussão e votação da Primeira Revisão ao Orçamento Municipal e Opções do Plano do ano de dois mil e dezoito;-----

-----Ponto três – Discussão e votação dos documentos relativos às Contas Consolidadas do Grupo Municipal, do exercício económico de dois mil e dezassete;-----

-----Ponto quatro – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal na ampliação de um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

edifício destinado a indústria têxtil, situado na Rua António Carvalho, número dois, freguesia de Perelhal;-----

-----Ponto cinco – Apresentação da proposta da Câmara Municipal a comunicar a assunção de encargos/compromissos plurianuais relativos à contratação de serviços de transportes escolares para o ano letivo de dois mil e dezoito/dois mil e dezanove;-----

-----Ponto seis – Apresentação, para conhecimento, da proposta da Câmara Municipal relativa à alteração do Plano Diretor Municipal de Barcelos por adaptação ao Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e respetiva declaração;-----

-----Ponto sete – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo.-----

-----Imediatamente a seguir procedeu-se ao registo dos membros presentes, nomeadamente:-----

-----Adelino Lima da Silva Fernandes, Adélio Barbosa de Miranda, Agostinho Lauro de Castro Pires, Agostinho Martins da Silva, Alexandrino Manuel Oliveira Ribeiro, Amândio da Costa Maia, Ana Cristina da Silva Cortez, Ana Maria Ribeiro da Silva, Ana Rita da Silva Torre, António Augusto Martins de Carvalho, António da Cruz Vaz Saleiro, António Gomes da Silva, António Manuel Faria da Costa, António Silva Pereira, Arnaldo Ribeiro de Sousa, Augusto Fonseca Silva Dias, Avelino Manuel Coelho Miranda, Bruna Cristiana Araújo Ferreira, Bruno André Torres Macedo, Cândido Alberto Fernandes Lopes, Casimiro da Silva Rodrigues, Catarina Marina Faria Duarte, Catarina Sofia Martins de Sá, Cláudia Filipa Freitas Martins, Daniel Fernandes de Azevedo, David Alberto Lemos de Sousa, David José Falcão Torres, David José Pereira de Carvalho, Domingos Duarte da Silva, Elsa Gracinda de Oliveira Brás, Elsa Joana Carvalho Coutinho, Fernando José



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

Gonçalves Pinto, Filipe Emanuel Ramires Pinheiro, Firmino Manuel Lopes da Silva, Hélder Duarte Grácio Tomé, Henrique Pedro Sousa Roselho, Horácio Rodrigues de Oliveira Barra, Hugo Miguel Araújo Cardoso, Isaías da Silva Macedo Gomes, Ivone Manuela Faria Cruz Batista, Joana Filipa Oliveira Rodrigues, João Alberto Novais Alves, João José Longras Maciel, João Miguel Pedrosa Rodrigues, João Paulo Pereira Dias, João Pontes da Silva, João Rodrigues Martins, Joaquim Barbosa Dantas, Joaquim Manuel Araújo Barbosa, Jorge César Fernandes da Silva, Jorge Manuel Martins Fernandes, Jorge Manuel Mesquita Fernandes, José Augusto Martins de Figueiredo, José Augusto Vilas Boas Rosa, José Belém da Silva Martins, José Brito Faria, José Carlos Esteves da Costa, José da Costa Monteiro, José Luís Dias Pereira, José Luís Gomes Arantes, José Luís Miranda Vilas Boas, José Manuel Carvalho Lopes, José Manuel Pereira da Silva, José Maria Barbosa Cardoso, José Maria Cruz Batista, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Monteiro da Silva, José Neiva Dias, José Paulo Cardoso Teixeira, José Paulo Maia Matias, José Rui da Costa Alves Peixoto, Júlio Manuel da Silva Loureiro, Liliana Alexandra Macedo Abreu, Liliana Carina Barreiro Faria, Luís Alberto Faria Gonçalves Machado, Luís Filipe Cerdeira da Silva, Luís Gonzaga da Silva Pedrosa, Manuel António Gonçalves Mota da Silva, Manuel de Araújo Dinis, Manuel Augusto da Silva Ramião, Manuel Cruz Duarte Cardoso, Manuel Faria Oliveira, Manuel Fernandes Pereira, Manuel Fernando da Costa Miranda, Manuel Isaque Ribeiro Ferreira, Manuel Jorge Macedo Esteves, Manuel Martins Abilheira, Manuel de Oliveira Magalhães, Manuel Simões Correia, Maria de Fátima Ferreira de Faria, Maria Isabel Sá da Venda, Maria Teresa Araújo Martins Falcão, Maria Teresa Carvalho Martins Esteves, Mário Jorge Gomes Figueiredo, Nelson Carlos Teixeira de Brito, Nuno Evandro Serra Oliveira, Nuno Filipe da Silva Meneses, Nuno Pedro Santos Varzim Miranda, Otília Arminda Oliveira Castro, Paula Cristina Leiras Belchior, Paulo Jorge Dantas Fagundes, Paulo Jorge



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

Gonçalves Esteves, Ricardo Barroso da Silva, Rosa Ângela Fernandes Macedo, Rui Manuel Dias Faria, Sara Cristina Rebelo Magalhães, Sebastião Lemos Ferreira, Susana Patrícia dos Santos Araújo, Teresa Maria Dias Ferreira Campos, Tiago Augusto Diogo Silva Dias, Tomé Francisco Lopes Faria.-----

-----Faltaram os seguintes membros:-----

-----António Cardoso da Silva, António da Costa Neves, António Joaquim da Costa Lima, Domingos Falcão Gonçalves, Guilhermina Sousa e Silva Santos Guimarães, João Paulo da Silva Ferreira, João Vieira Barbosa da Silva, José António Gomes Coelho, Manuel da Conceição Carneiro Martins, Maria da Conceição Ferreira da Cunha Faria, Natalina de Sá, Ricardo Xavier Gomes Vilas Boas.-----

-----INÍCIO DOS TRABALHOS-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito boa noite a todos.-----

-----Vamos dar início a esta sessão ordinária da Assembleia Municipal de vinte e oito de junho de dois mil e dezoito.-----

-----Antes de mais, quero anunciar que esta Assembleia terá no seu início, do ponto de vista formal, uma pequena variação ao edital que vos foi distribuído, porquanto, em resultado de uma reunião havida na segunda-feira entre mim e os senhores líderes dos grupos municipais e também com os senhores presidentes de Junta e ainda por aquilo que chegou à mesa, nós temos aqui quatro questões que vão ser introduzidas, para além da ordem de trabalhos, e, como decorre da lei e do regimento, necessitam que previamente os senhores deputados aprovem e deliberem a aceitação da introdução destes temas. Como sabem, por lei exige uma aceitação de pelo menos dois terços do plenário.-----

-----E precisamente iríamos começar os nossos trabalhos por essa questão e, em primeiro lugar, nós temos, que chegou à mesa, um Voto de Pesar que é subscrito pelos líderes de todos os grupos municipais e que necessariamente irá



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

ser votado sem discussão.-----

-----Em primeiro lugar, eu peço aos senhores deputados que votam contra a aceitação da discussão desta proposta o favor de se levantar.-----

------(Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

------(Ninguém)-----

-----Então a aceitação deste Voto de Pesar foi aprovada por unanimidade.-----

-----Eu passaria imediatamente a pedir aqui ao doutor Saleiro para o ler e faríamos imediatamente a seguir a votação.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – “Voto de Pesar.-----

-----Faleceu a dezanove de Junho de dois mil e dezoito na Cidade à qual dedicou toda a sua vida social e artísticas, José Fernando da Cunha Ferreira.-----

-----José Fernando da Cunha Ferreira nasceu a vinte e dois de Dezembro de mil, novecentos e trinta e dois em Barcelinhos.-----

-----Começou a trabalhar o Cobre por influência de seu pai, João da Cunha Ferreira. Este último vivia na cidade de Braga e tinha como ofício a profissão de “caldeireiro”, como se chamava na altura. Fazia alambiques, caldeiras, chaminés e outras utilidades em cobre, todas elas executadas manualmente, com recurso à força de “bater o martelo”. A oficina que se situa na rua da Madalena, em frente à Capela São José, marcou gerações de barcelenses. O seu nome diz tudo sobre a sua identidade “Cunha Caldeireiro” como carinhosamente todos os apelidam, mostra a consciência popular da identidade artística deste barcelense.-----

-----É, pois, em Barcelos, no centro da cidade, que se encontra a casa mais antiga a trabalhar esta arte – Cobres Cunha, fundada a dois de Janeiro de mil, novecentos e trinta e dois, por João da Cunha Ferreira, configurando-se como uma das mais antigas lojas desta natureza em Portugal.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Os Cobres Cunha são representados em Barcelos ao longo de três gerações, nomeadamente por: João da Cunha Ferreira, José Fernando da Cunha Ferreira e João Manuel Figueiredo Ferreira.-----

-----O livro onde João da Cunha registou e desenhou os pormenores de elaboração das suas peças constitui, ainda hoje, uma espécie de bíblia para o seu filho e neto.-----

-----O Cobre é trabalhado a partir de folhas de metal e é bastante maleável, apresentando, contudo, um elevado grau de dureza. Devido às suas propriedades químicas, destaca-se pela sua grande resistência, o que confere às peças bastante utilidade, durabilidade e funcionalidade.-----

-----Em dois mil e onze recebeu por parte do Município a distinção na área da produção de Metais, Ferro e Derivados em face do seu forte historial e por ser um dos artifices mais nobres do concelho de Barcelos em áreas distintas da Olaria e do Figurado. O seu trabalho extravasou em muito as fronteiras do concelho de Barcelos transformando-se num dos mais emblemáticos e notáveis “caldeireiros” de toda a região norte.-----

-----A Loja do senhor Fernando com mais de oitenta anos, transforma-se numa referência na produção de metais em toda a região e ganha uma dimensão turística e uma notoriedade que elevou o nome de Barcelos e rivalizou em muitos momentos com a notoriedade das artes do barro.-----

-----Uma arte dura, mas que o Senhor Fernando Cunha soube transformar numa marca de Barcelos para o mundo, muito por culpa de um talento único e uma resiliência típica dos predestinados que fez desta pequena “loja” uma espécie de “Casa da Memória” desta arte intemporal.-----

-----Por outro lado, para além desta vincada tradição de guardião de um saber fazer ímpar, foi também no seu tempo um visionário do caminho que esta produção teria de enveredar para se immortalizar e manter-se viva e pujante, face



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

ao desposicionamento que algumas das peças da produção sofreram ao longo do tempo.-----

-----Pessoa de trato afável, de uma simplicidade única, mas de uma capacidade de trabalho fantástica, transformando-se de per si uma referência das artes e ofícios tradicionais em Barcelos e na região, e ponto de atratividade para todos os grupos de turismo em visita ao Norte de Portugal, nomeadamente às quintas-feiras.-----

-----Apesar dos inúmeros pedidos de participação em feiras, preferiu sempre apostar na sua loja em Barcelos sita na Rua da Madalena, que se tornou um espaço emblemático das artes e ofícios tradicionais em toda a região norte. Um espaço onde a tradição de um ofício singular se juntou a uma capacidade invulgar de inovar e de adaptar esta arte inicialmente utilitária a contextos criativos, este caminho foi já percorrido em parceria com o seu filho João.-----

-----Para além da dimensão artística e artesanal foi sempre um Barcelense exemplar tendo participado na fundação do Oquei de Barcelos e dedicado trinta anos ao serviço dos Bombeiros Voluntários de Barcelos. Teve reconhecidamente uma postura ativa na dinamização da comunidade local.-----

-----Pelo seu percurso artístico e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere:-----

-----Um – Aprovar o presente “Voto de Pesar” pelo falecimento do Senhor José Fernando da Cunha Ferreira, guardando um minuto de silêncio em sua memória;-----

-----Dois – Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste “Voto de Pesar”.-----

-----Barcelos, vinte e oito de junho de dois mil e dezoito.-----

-----Os deputados municipais”.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Este voto de pesar, como disse, é subscrito por todos os grupos municipais e passaríamos imediatamente à respetiva votação.-----

-----Quem vota contra?-----

-----*(Ninguém)*-----

-----Quem se abstém?-----

-----*(Ninguém)*-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Vamos então guardar um minuto de silêncio. Fazem o favor de se levantar.-----

-----*(Observado um minuto de silêncio)*-----

-----Muito obrigado, fazem o favor de se sentar.-----

-----Passaríamos agora à segunda proposta que também decorre daquilo que foi a troca de impressões entre os líderes municipais comigo, que é uma proposta sobre um assunto não incluído na ordem do dia, que corresponde à eleição do representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Proteção Civil, nos termos do artigo quarenta e um da Lei vinte e sete/dois mil e seis, com as alterações da Lei oitenta/dois mil e quinze, e que pela sua urgência e atualidade também vai ser submetida à aceitação desta Assembleia.-----

-----Eu ia pedir à doutora Ana Maria para fazer o favor de ler a proposta.-----

PRIMEIRA SECRETÁRIA – “Proposta.-----

-----Eleição do representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Proteção Civil.-----

-----O artigo quarenta e um da Lei número vinte e sete/dois mil e seis, de três de Julho, com as alterações introduzidas pela Lei número oitenta/dois mil e quinze, de três de Agosto, define a composição da Comissão Municipal de Proteção Civil e as entidades que a integram, designadamente na sua alínea i): “*um representante das juntas de freguesia a designar pela Assembleia*”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

Municipal".-----

-----Considerando os objectivos e princípios daqueles normativos e porque a Assembleia Municipal ainda não procedeu a tal designação, é urgente deliberar nesse sentido.-----

-----Atenta a urgência que todos reconhecerão, nos termos do artigo cinquenta, número dois da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de Setembro, e número dois do artigo treze do Regimento da Assembleia Municipal do concelho de Barcelos, propõe-se a aceitação da inclusão desta proposta na sessão ordinária da Assembleia Municipal de vinte e oito de Junho de dois mil e dezoito, por se reconhecer a urgência na discussão e votação da mesma e porque a sua aprovação é essencial para o bom funcionamento da Comissão Municipal de Protecção Civil, procedendo-se igualmente à eleição em causa.-----

-----Barcelos, vinte e seis de junho de dois mil e dezoito.-----

-----O Presidente da Assembleia Municipal".-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado.-----

-----Senhores deputados, vamos primeiro votar a aceitação desta proposta.---

-----Os senhores deputados que votam contra a aceitação ou a submissão desta proposta na ordem de trabalhos desta Assembleia fazem o favor de se levantar.-----

------(Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

------(Ninguém)-----

-----A aceitação desta proposta foi aprovada por unanimidade.-----

-----Conforme foi também consensualmente decidido com os líderes dos grupos municipais, o ato eleitoral realizar-se-á imediatamente antes do início da ordem de trabalhos e até ao fim dos sessenta minutos do período de antes da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

ordem do dia podem ser apresentadas as candidaturas aos serviços da Assembleia. Por aquilo que já me foi dito, na pressuposição que ia ser admitida esta proposta, já terão sido apresentadas duas candidaturas até ao momento. Mas o prazo de apresentação será até ao fim dos sessenta minutos do período de antes da ordem do dia.-----

-----Passaríamos agora à votação da proposta!-----

-----Os senhores deputados que votam contra esta proposta fazem o favor de se levantar.-----

-----*(Ninguém)*-----

-----Quem se abstém?-----

-----*(Ninguém)*-----

-----Aprovada por unanimidade.-----

-----Passaríamos agora, também fora da agenda, à terceira proposta que diz respeito à Comissão de Acompanhamento do Processo da Linha de Muito Alta Tensão.-----

-----Na reunião havida na segunda-feira com os senhores presidentes de Junta e com a presença também dos senhores líderes dos grupos municipais foi consensual, apesar da moção apresentada pelo Bloco de Esquerda na composição desta comissão conter só a indicação de cinco presidentes de Junta de Freguesia, para criar condições de uma melhor distribuição, que esse número de presidentes de Junta fosse alargado de cinco para seis. Portanto, é isso mesmo que iremos votar hoje. Para não haver dúvidas sobre aquilo que está em causa, iria pedir ao doutor Saleiro para ler o teor integral da proposta. Fazem o favor da vossa atenção.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – “Proposta.-----

-----Comissão de Acompanhamento da Linha de Muito Alta Tensão.-----

-----Na Assembleia Municipal Ordinária de vinte e sete de Abril de dois mil e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

dezoito foi aprovada uma moção, apresentada pelo BE, no período de antes da ordem do dia, que rejeitou o traçado de passagem do canal de linha de muito alta tensão, no nosso concelho, e aprovou a criação de uma Comissão Municipal de acompanhamento de todo o processo, constituída pelos seguintes membros: Presidente da Câmara (que presidirá à Comissão), Presidente da Assembleia Municipal (que substituirá o Presidente da Câmara nas faltas e impedimentos), Deputados da AM (um por cada partido ou movimento representados nesta AM), Presidentes de Junta (num total de cinco, nomeados pelo universo de Presidentes de Junta eleitos no concelho).-----

-----Em execução daquela deliberação foram os Presidentes de Junta de Freguesia convocados para uma reunião, que se realizou em vinte e cinco de Junho de dois mil e dezoito, em que participaram igualmente os representantes dos Grupos Municipais desta AM, bem como o Presidente da Câmara e o Presidente da Assembleia Municipal, para auscultação e decisão sobre o critério de preenchimento dos referidos cinco lugares.-----

-----Foi consensual e aprovado que aquele número de cinco deveria ser alargado para seis Presidentes de Junta de Freguesia, sendo no seu preenchimento dois a indicar pelo PS, dois a indicar pela coligação PSD/CDS, um pelo BTF e um pelos demais Independentes.-----

-----Atenta a urgência na aprovação da alteração proposta, na composição da Comissão, e nos termos do artigo cinquenta, número dois da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de Setembro, e número dois do artigo treze do Regimento da Assembleia Municipal do concelho de Barcelos, propõe-se a aceitação da inclusão desta proposta e votação da mesma nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de vinte e oito de Junho de dois mil e dezoito, por se reconhecer a urgência na discussão e votação da mesma e porque a sua aprovação é essencial para o bom funcionamento da Comissão.----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Barcelos, vinte e seis de Junho de dois mil e dezoito.-----

-----O Presidente da Assembleia Municipal”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado.-----

-----Portanto, iríamos, primeiro, fazer a votação da aceitação, da admissão desta proposta.-----

-----Quem vota contra?-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

----- (Ninguém)-----

-----Aprovada por unanimidade.-----

-----Passaríamos então agora à votação da proposta!-----

-----Quem vota contra?-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

----- (Ninguém)-----

-----Aprovada por unanimidade.-----

-----Eu solicitava, com maior brevidade, que os partidos políticos indicados nesta proposta fizessem chegar ao senhor presidente da Câmara ou aos serviços da Assembleia os elementos respeitantes os senhores presidentes de Junta conforme esta proposta e relativamente aos representantes dos próprios partidos, para comporem esta comissão.-----

-----Passaríamos ao quarto documento e quarto ponto, também em consideração previamente sobre a sua aceitação, que é uma moção subscrita por mim e por todos os líderes parlamentares contra a intenção de encerramento da agência de Arcozelo da Caixa Geral de Depósitos.-----

-----Conforme foi decidido pelos líderes dos grupos municipais em reunião havida na segunda-feira, esta moção vai ser lida, vai ser votada e, logo após,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

cada grupo municipal terá um período de três minutos para, querendo, inscrever-se e fazer uma declaração sobre este tema.-----

-----Passaria agora a doutora Ana Maria a ler esta moção para depois a votarmos.-----

PRIMEIRA SECRETÁRIA – “Moção.-----

-----Contra a intenção de encerramento da agência de Arcozelo da CGD.-----

-----Os Barcelenses foram recentemente confrontados com a publicitação da intenção, por parte da Administração da Caixa Geral de Depósitos (CGD), de proceder ao encerramento definitivo da Agência da CGD, sediada em Arcozelo.--

-----Tal intenção, a concretizar-se, ofende os legítimos interesses dos habitantes de Arcozelo e de toda a região norte e nascente do concelho, servida por aquela Agência da CGD, não se descortinando também razão alguma para tal medida. Mesmo numa vertente meramente economicista e de mercado, sem descurar as características da CGD, enquanto Banco de capitais públicos, será bom lembrar que os habitantes atingidos por tal intenção de encerramento são contribuintes activos no pagamento do passivo da CGD, que é resultado de algumas más opções de gestão, ao longo do tempo.-----

-----Na verdade, o concelho de Barcelos tem mais de cento e vinte mil habitantes, tem mais de doze mil empresas e gera anualmente mais de dois mil milhões de euros nas suas diversas actividades económicas, sendo a CGD um parceiro importante e imprescindível para o concelho.-----

-----A freguesia de Arcozelo tem mais de doze mil habitantes e aquela Agência tem ainda influência directa sobre as mais de quarenta e cinco mil pessoas que habitam na parte norte e nascente do concelho e que são servidas actualmente pela Agência de Arcozelo.-----

-----A ausência de transportes públicos dificultará enormemente a deslocação ao centro da cidade de Barcelos, para a realização de qualquer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

operação bancária na CGD, com deslocações de alguns quilómetros. Por outro lado a baixa escolaridade média dos seus habitantes, inferior ao sexto ano, a dificuldade destes no acesso aos meios bancários alternativos, bem como a exclusão informática daquelas pessoas e os constrangimentos que tal encerramento traria não só às empresas, mas sobretudo às pessoas, aconselha que tal encerramento não se venha a verificar, sendo, aliás, esta conclusão uma exigência decorrente de boas medidas de gestão.-----

-----É suposto que a Administração da CGD faça as melhores opções, sem prejuízo para as populações, pois, de outro modo, não só com tal encerramento se desrespeitariam os interesses de toda a população servida pela Agência de Arcozelo, como ainda, a concretizar-se, tal medida significaria que a CGD passaria a nortear-se por medidas em nada diferentes da banca privada, o que abriria a porta à fuga de grande parte da clientela servida por aquela Agência.---

-----Na defesa do interesse público a Administração da CGD é bem capaz de fazer melhor e de fazer opções gestionárias que em primeira linha mantenha um serviço de proximidade para os mais de quarenta e cinco mil Barcelenses servidos pela Agência em causa.-----

-----Por isso os Membros da Assembleia Municipal de Barcelos, reunidos na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e oito de Junho de dois mil e dezoito, deliberam:-----

-----a) – Recomendar à Administração da CGD que mantenha em funcionamento a Agência de Arcozelo, Barcelos, da CGD, de modo a continuar a servir a população não só daquela freguesia, como de todo o concelho norte e nascente, que tem uma clientela potencial de mais de quarenta e cinco mil habitantes;-----

-----b) – Recomendar à Administração da CGD que na tomada de decisões de igual natureza não deixe de auscultar as populações eventualmente atingidas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

por medidas cegas e meramente economicistas, designadamente os seus representantes nas Juntas e Assembleias de Freguesia e nas respectivas Câmaras Municipais;-----

-----c) – Exigem ainda, da defesa e em representação da população que os elegeram, que a Administração da CGD faça o seu melhor, de que naturalmente é capaz, no sentido de encontrar soluções de gestão que passem pela manutenção de funcionamento da Agência de Arcozelo – Barcelos;-----

-----d) – Que esta moção, depois de aprovada, seja ser remetida ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia da República, Excelentíssimo Senhor Primeiro-Ministro e Excelentíssimo Senhor Presidente da CGD.-----

-----Barcelos e Assembleia Municipal, vinte e oito de Junho de dois mil e dezoito”.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado.-----

-----Portanto, iríamos votar a aceitação ou a admissão desta proposta.-----

-----Quem vota contra?-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

----- (Ninguém)-----

-----Aprovada por unanimidade a admissão desta proposta.-----

-----Passaríamos agora à respetiva votação desta moção!-----

-----Quem vota contra?-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

----- (Ninguém)-----

-----Aprovada por unanimidade.-----

-----Eu daria a palavra agora ao senhor deputado do PCP para o uso dos três



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

minutos, se assim o quiser fazer, sobre este tema obviamente.-----

DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo – Muito boa noite, Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Jornalistas, Meus Senhores e Minhas Senhoras.-----

-----Eu não quero deixar de fazer algumas considerações sobre esta intenção e até também sobre a moção que foi apresentada.-----

-----E não quero deixar de dizer que esta intenção de encerrar o balcão da Caixa Geral de Depósitos de Arcozelo insere-se numa política neoliberal de encerramento de serviços públicos, em que Barcelos já tem sido prejudicado por essa doutrina política, em que leva a encerrar tudo o que é serviços públicos nomeadamente aqui em Barcelos. Já aconteceu quer no Serviço Nacional de Saúde, com extensões de saúde, quer no Tribunal, agora o balcão da Caixa Geral de Depósitos.-----

-----Portanto, isto não é uma coisa isolada, isto está dentro de um contexto político que, infelizmente, o Partido Socialista teima em não abandonar.-----

-----Dizer que esta decisão prejudica quer os utentes, nomeadamente aqueles que utilizam frequentemente o balcão de Arcozelo, quer os trabalhadores, e não podemos aceitar que se continue com este atentado aos direitos dos utentes e dos trabalhadores.-----

-----Dizer que, para além do constrangimento da acessibilidade a este serviço público, neste caso serviço bancário, vai colocar uma série de constrangimentos ao balcão de Barcelos, que por si só já tem um serviço insuficiente para o número de utentes que utilizam aquele serviço público. E não esquecer que a maioria dos clientes da Caixa Geral de Depósitos são pessoas de idade avançada, que não utilizam os meios tecnológicos que têm à sua disposição, têm necessidade de ir com frequência ao balcão, o que cria ali uma série de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

contratempos e o atendimento é demorado.-----

-----Portanto, atendendo a que os clientes ou os utentes da Caixa Geral de Depósitos do balcão de Arcozelo se terão que deslocar para Barcelos isto vai criar aqui uma série de conflitos, porque há insuficiência de trabalhadores no balcão de Barcelos.-----

-----Depois, não quero deixar de dizer o seguinte:-----

-----Tudo isto é para cobrir prejuízos bancários de uma política que a Caixa Geral de Depósitos continua a promover, dando seguimento àquilo que é o pensamento político dos sucessivos governos, em que não olha o banco como uma alavanca para a economia, como um grande apoio às famílias e aos pequenos e médios empresários. Olha, sim, a banca como um elemento de especulação financeira de ganhos e de que prejudica, para além das famílias, para além dos trabalhadores, também a nossa economia.-----

-----Para terminar, dizer que eu estive de acordo com esta moção pela sua intenção, mas julgo que uma Assembleia Municipal deveria dirigir-se ao Governo, deveria exigir ao Governo e não dirigir-se a uma administração de uma Caixa Geral de Depósitos.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra agora, pelo Bloco de Esquerda, o senhor deputado José Maria Cardoso.-

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Muito boa noite, Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Caras e Caros Colegas, Excelentíssimo Público, Comunicação Social.-----

-----Dizer, em primeiro lugar, que estamos aqui a falar, e queria situar isto nestes termos, da Caixa Geral de Depósitos. Ou seja, uma instituição que terá que ser a referência, que terá que ter meios e métodos de transparência, que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

terá que ser um regulador do mercado, não deixando cair na especulação, e acima de tudo um capital público de certa forma ligado e fomentado pelo próprio Estado. É esta responsabilidade de que nós estamos a falar: Caixa Geral de Depósitos. Isto é importante para situarmo-nos.-----

-----Comecemos exatamente por aquilo que é o processo enquanto decorrência. Por exemplo, esta decisão, tanto quanto nós sabemos, é uma decisão unilateral, nem sequer a Junta de Freguesia, nem a Câmara Municipal, repito, tanto quanto nós sabemos, foi avisada desta situação, foi conversado com estas entidades que são representativas da população, não houve uma única palavra sobre esta mesma situação.-----

-----É verdade que ela já era, ou não propriamente aqui em Barcelos, mas poderia ser prevista, isto faz parte de um plano, de um projeto de recapitalização que nós pagamos, dinheiro público, e estamos a recapitalizar a Caixa para haver, a partir daí, um plano de desmantelamento da própria Caixa Geral de Depósitos, com interesses um bocadinho obscuros, mas não quero entrar por aí.-----

-----Neste triénio de dezasseis a dezanove há um projeto para encerramento de cento e setenta e um balcões.-----

-----Só este ano são setenta e cinco balcões encerrados, um dos quais o de Arcozelo.-----

-----E agora pergunta-se: mas porque é que encerra o de Arcozelo?-----

-----Se temos:-----

-----Uma população – censos dois mil e onze – de doze mil, oitocentos e quarenta habitantes; -----

-----Uma densidade populacional de três mil, quatrocentos e quarenta e dois;-----

-----Um movimento de capitais desta agência, segundo se sabe, na ordem dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

sessenta milhões;-----

-----Cobre um conjunto de freguesias a norte, empreendedoras, na ordem dos quarenta mil habitantes.-----

-----Então porque é que uma agência destas encerra e inclusive sendo propriedade da própria Caixa Geral de Depósitos? Que motivos é que levam a isto?-----

-----Uma visão meramente economicista, igual ao setor privado que em nada o diferencia. E isso é o aspeto crítico que nós temos que fazer.-----

-----Não há nenhuma preocupação com o papel social, com o papel de proximidade, nomeadamente às empresas, portanto, as pessoas não contam. Conta o plano e o objetivo do senhor Paulo Macedo, para que no fim seja medalhado por aquilo que fez em benefício, ou possível benefício, da Caixa Geral de Depósitos.-----

-----Este encerramento viola o dever do interesse do serviço público. E agora o que fazer? É claro, esta moção, independentemente do texto ser mais concordante ou menos, vem na sequência de uma tomada de posição, mas, desculpem-me, já é quase um ato fúnebre. É que a agência encerra amanhã ao meio-dia e nós estamos a dizer hoje qual é a posição da Assembleia Municipal. A Câmara Municipal, por exemplo, não pode ter a posição que teve, nomeadamente o senhor presidente, ao dizer que era um ato ou que era uma situação irreversível. Não pode ter esta posição e nós não concordamos minimamente com isto.-----

-----Para terminar, senhor presidente, concordamos que acima de tudo há a posição das populações e essa é que nós elogiamos. Foi capaz de vir para a rua, de contestar, de protestar, de defender aquilo a que tem direito. E foi nesse sentido que o Bloco de Esquerda, desde a primeira hora, esteve presente, nomeadamente através daquela forma de agir e atuar perante a população que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

sente na verdade aquilo que é a falta que a agência da Caixa Geral de Depósitos irá fazer.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra, pelo CDS, o senhor deputado Filipe Pinheiro.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – Filipe Pinheiro – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Público, Caros Colegas, Senhores Jornalistas, muito boa noite.-----

-----Caixa Geral de Depósitos.-----

-----Se recordam o que era a Caixa Geral de Depósitos há uns anos:-----

-----A Caixa Geral de Depósitos era o orgulho dos portugueses;-----

-----A Caixa Geral de Depósitos era nossa;-----

-----A Caixa Geral de Depósitos era sólida;-----

-----A Caixa Geral de Depósitos era onde os funcionários públicos tinham os seus depósitos.-----

-----Se recordam muito bem, era uma empresa que dava lucro ao Estado.-----

-----E porque é que nós estamos nesta situação?-----

-----Simplesmente por má gestão. Simplesmente porque houve Governos que decidiram fazer a limpeza de muitas empresas através da Caixa Geral de Depósitos, passando para lá os seus prejuízos. Recordo os Governos do senhor engenheiro José Sócrates. Vejam porque é que estamos nesta situação. E esta situação também está porque este Governo escolheu o administrador que está agora, metendo-lhe objetivos simples economicistas, esquecendo-se do serviço que tem que ter a Caixa Geral de Depósitos. Por isso, há muita gente que não tem que vir aqui lamentar por causa desta situação. Por isso mesmo é que se escusam em situações e dizendo que a situação está assumida e não vale a pena estar aqui a contrariar.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Exatamente por causa disso é que nós propusemos, em reunião de Câmara, este assunto e foi recusado. Este executivo não pode lamentar-se por esta situação. Repudiamos isto e é por isso que nós votámos a favor.-----

-----Tenho dito.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra agora, pelo BTF, o senhor deputado Tiago Dias.-----

DEPUTADO DO BTF – Tiago Dias – Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Excelentíssimos Senhores Secretários da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimas Senhoras Vereadoras e Vereadores, Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta, Excelentíssimos Deputados e Deputadas aqui presentes e a todos os Barcelenses que nos seguem através da rádio e via web, muito boa noite.-----

-----O BTF vota a favor desta moção com desagrado e principalmente com revolta e pela unanimidade desse voto verificamos que também partilham desse sentimento, com o encerramento de mais uma agência da Caixa Geral de Depósitos em Barcelos, nomeadamente em Arcozelo. No entanto, ao longo dos últimos anos verificámos que outras tantas fecharam, nomeadamente aqui a Rua Direita, em Galegos Santa Maria, Viatodos, Santo António e Arcozelo. E isto é grave.-----

-----E é grave porque esta agência em particular servia diretamente um meio populacional de cerca de catorze mil habitantes e todos os barcelenses que residem nas freguesias que fazem fronteira com Arcozelo e não só. No meu caso em particular, sou residente em Rio Covo Santa Eugénia e desde os meus quinze anos que tinha conta em Arcozelo.-----

-----Desde pequeno fui habituado com a ideia de que a Caixa Geral de Depósitos era o banco mais sólido e fiável em Portugal, principalmente fiável. Ao que parece essa não é a situação.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Julgamos que o propósito do seu encerramento, como já foi aqui dito, será meramente economicista e em que assume um critério de régua e esquadro que não olha às necessidades das populações onde as agências estão inseridas, nem tão-pouco à proximidade que o cidadão comum possa ter com órgãos empresariais do Estado, uma vez que a Caixa é o banco do Estado, negligencia deste modo os mais idosos ou os carenciados, uma vez que informam que uma das soluções para esta situação do encerramento da agência é a crescente interação *online* com a entidade bancária.-----

-----Para além do facto de que com a agência de Arcozelo mantinham-se assim a operar em Barcelos três agências que serviam as zonas norte, centro e sul do município.-----

-----Dizemos que com esta reformulação do mapa das agências isto quase parece que segue os mesmos mandamentos daqueles que serviram para um critério de reordenamento das freguesias do nosso país, nomeadamente atabalhado, desordenado e, repetimos, completamente alheio às necessidades das populações.-----

-----Temos sérias dúvidas que a agência que venha a receber as contas de clientes existentes em Arcozelo, nomeadamente Barcelos, irá ter capacidade quer em termos de recursos humanos ou infraestruturas para tudo isto.-----

-----Assim, em nome do BTF, senhor presidente, deixávamos-lhe dois reptos:-

-----Primeiro – Uma vez que amanhã se realiza a reunião do executivo camarário, porque não aproveitar esta oportunidade de chamar a comunicação social, nomeadamente rádios, jornais e até televisões, e realizar essa mesma reunião em Arcozelo e manifestarem todos o vosso desagrado por esta decisão da Caixa Geral de Depósitos?-----

-----Segundo – Porque não pensar a curto prazo se se mantêm válidas as razões para continuar com relações institucionais com a Caixa Geral de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

Depósitos?-----

-----Barcelos vale pelo seu todo e por cada um de nós e ainda que eu neste caso em particular não seja Arcozelense não posso deixar de me sentir solidário para com todos os que estão a ser prejudicados com esta decisão.-----

-----A título particular e não vinculando o Movimento pelo qual fui eleito, acho que é de mencionar e referir que também deve ser importante verificar as consequências que têm para aqueles que vão ser deslocalizados daquela agência para outras, os efeitos que tenham nas vidas deles.-----

-----Muito obrigado pela atenção.-----

-----Muito boa noite.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra, pelo PSD, o senhor deputado Alexandrino Ribeiro.-----

DEPUTADO DO PSD – Alexandrino Ribeiro – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Barcelos, Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta e União de Freguesias, Caro Público.-----

-----O PPD/PSD subscreve e vota favoravelmente a moção apresentada “*Contra a intenção de encerramento da agência de Arcozelo da Caixa Geral de Depósitos*”, porque está solidário com a população e compreende os constrangimentos que este encerramento criará aos mais de doze mil habitantes da freguesia de Arcozelo, assim como a todos os residentes da zona norte do concelho de Barcelos que utilizam habitualmente aquela agência, às múltiplas empresas e, de um modo geral, a todo o concelho de Barcelos.-----

-----Subscrevemos e votámos favoravelmente esta moção pois não nos podemos resignar e baixar os braços, dando como inevitável o encerramento da agência de Arcozelo da Caixa Geral de Depósitos, dadas as consequências



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

nefastas desse encerramento para Barcelos e para os barcelenses.-----

-----Mas não podemos deixar de fazer o enquadramento, político e económico, destes encerramentos de agências da Caixa Geral de Depósitos um pouco por todo o país. Os mesmos derivam de um acordo, efetuado em dois mil e dezassete, entre o atual Governo português e a Comissão Europeia, como contrapartida da recapitalização da Caixa Geral de Depósitos, para que essa operação não fosse considerada como uma ajuda do Estado. Nesse acordo, o Estado português, principal acionista da Caixa Geral de Depósitos, comprometeu-se, precisamente, a encerrar cerca de cento e oitenta balcões do banco até dois mil e vinte.-----

-----Ou seja, a vaga de encerramentos de agências e todos os impactos negativos que esses encerramentos provocam, nas populações e no tecido empresarial, não vai ficar por aqui. Pois, se em dois mil e dezassete fecharam sessenta e sete balcões, em dois mil e dezoito prevê-se que fecharão cerca de mais setenta balcões, o que significa que a Caixa Geral de Depósitos ainda terá de fechar mais cerca de quarenta balcões nos próximos dois anos para cumprir o acordo efetuado pelo atual Governo português. Muitos destes balcões a encerrar ainda nem se sabe quais serão, o que cria ainda um ambiente de maior incerteza quer nas populações, quer nos colaboradores do banco.-----

-----A possibilidade da administração da Caixa Geral de Depósitos recuar na decisão de encerrar a agência de Arcozelo será diminuta se não existir uma intervenção, nesse sentido, do seu maior acionista, que é precisamente o Estado. Deste modo, temos um Governo do Partido Socialista sustentado num apoio parlamentar de mais dois partidos, o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista Português, todos eles aqui representados nesta Assembleia Municipal, e dos quais se espera uma atuação firme e assertiva na defesa de um serviço público de qualidade a todas as populações e que não permitam o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

enfraquecimento da Caixa Geral de Depósitos enquanto banco público que deve primar por uma relação de maior proximidade com as populações e, daí, criar um fator distintivo em relação à banca privada.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra agora, pelo Partido Socialista, o senhor deputado Manuel Mota.-----

DEPUTADO DO PS – Manuel Mota – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Deputados Municipais, Caros Presidentes de Junta e de União, Caros Concidadãos.-----

-----O Partido Socialista está, desde a primeira hora que foi noticiada a possibilidade do encerramento da agência de Arcozelo, ao lado das populações e quer salientar aqui, para que fique bem claro, o posicionamento transparente, dinâmico do senhor presidente da Junta de Arcozelo, Monteiro da Silva, e também do senhor presidente da Câmara Municipal que, ao contrário do debate demagógico que alguns dos deputados dos partidos da oposição municipal aqui tiveram, teve uma posição clara, objetiva, reunindo conjuntamente com o senhor presidente da Junta de Freguesia, com a direção do norte da Caixa Geral de Depósitos, no intuito de reverter esta situação.-----

-----Queria dar duas notas prévias à reflexão sobre esta temática:-----

-----A primeira é para salientar aqui a demagogia e o populismo da direita. O PSD e o CDS, que no Governo defenderam a privatização da Caixa Geral de Depósitos, vêm aqui com uma leviandade tremenda transparecer...-----

-----O senhor deputado do PSD referia mesmo um serviço público de qualidade. Quem alguns anos atrás defendeu a privatização da Caixa Geral de Depósitos, defender um serviço público de qualidade é bem demonstrativo do desnorte do PSD.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----O CDS foi mais longe, responsabilizou um ex-ministro do CDS, um ex-ministro do Governo PSD/CDS, Paulo Macedo, por ser responsável por este conjunto de ataques às agências da Caixa Geral de Depósitos, esquecendo-se de um dado relevante: no Governo entre dois mil e onze e dois mil e quinze, no Governo do PSD/CDS, foram encerradas mais de cem agências da Caixa Geral de Depósitos.-----

-----Lamentavelmente estamos de acordo e agora vamos para a reflexão mais importante sobre esta temática.-----

-----O que é que é um debate sério e argumentativo em relação ao encerramento da Caixa?-----

-----É não perceber como é que o presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos admite uma perda de receita de cinco por cento sendo da receita total da Caixa Geral de Depósitos, considerando nomeadamente esta estratégia de encerramento de balcões. É reconhecer objetivamente, eu para além de arcozelense trabalhei mais de dez anos naquele edifício onde está colocada esta agência, portanto, conheço muitíssimo bem a importância que tem aquele balcão, não só para os utentes da maior freguesia do ponto de vista habitacional do nosso concelho, como também para as várias empresas, e perceber-se com que critérios, e de facto é uma falta de transparência tremenda por parte do banco público, com que critérios é que se encerram estes balcões.-----

-----E é com este tipo de argumentação que foi utilizada pelo senhor presidente da Câmara e pelo senhor presidente da Junta de Freguesia e pelo Partido Socialista no seu comunicado que nós podemos consciencializar a administração da Caixa Geral de Depósitos para uma redefinição desta sua linha de orientação, na nossa ótica é muito negativa para as populações.-----

-----Obrigado.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Terminado este ponto, passaríamos agora ao período de antes da ordem do dia de sessenta minutos.-----

-----Começaríamos pelo primeiro período de quarenta minutos, seis minutos para cada partido político, e hoje tem a palavra, em primeiro lugar, o CDS, o senhor deputado Filipe Pinheiro, que apresentou uma recomendação que vai ser votada e que o senhor deputado vai com certeza referir-se à mesma. Faz favor.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – Filipe Pinheiro – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Público, Senhores Jornalistas, muito boa noite.-----

-----“Recomendação.-----

-----Contrato de concessão da rede pública de fornecimento de energia elétrica.-----

-----A infraestrutura da rede de distribuição de energia elétrica é pertença dos municípios, estando a mesma concessionada a uma empresa do ramo, contra o pagamento de um valor, melhorias e manutenção da mesma.-----

-----O consumo na iluminação pública do concelho é uma despesa que registou um aumento, não obstante o investimento feito na eficiência energética.-----

-----No exercício de dois mil e dezassete pagou-se dois vírgula nove milhões de euros; este valor integra um acerto relativo ao quarto trimestre de dois mil e dezasseis, no valor de trezentos e oitenta e três mil euros.-----

-----De consumo de energia na iluminação pública, nos anos dois mil e quinze e dois mil e dezasseis, foi pago o valor dois ponto cinco milhões de euros e dois ponto dois milhões de euros, respetivamente.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Com estes níveis de consumo, verifica-se um revés do que vinha acontecendo, pois que o valor da renda de concessão deixa de ser suficiente para suportar a despesa de iluminação pública, quando durante anos contava-se com o valor da renda para financiar ainda outras despesas.-----

-----A Iluminação Pública e a Rede de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão são duas infraestruturas com forte impacto, quer na gestão urbanística, quer na gestão financeira dos Municípios.-----

-----O fim dos contratos de concessão em vigor abre um novo ciclo.-----

-----Cabe agora aos Municípios a opção de chamarem a si tal tarefa ou de celebrarem um novo contrato de concessão. Esta opção só pode ser efetiva se realizada num quadro de liberdade e acesso a toda a informação.-----

-----Sendo o impacto da despesa com iluminação pública significativo, é necessário um planeamento diferente, onde se incluem intervenções ao nível da eficiência energética.-----

-----A recente publicação da Resolução do Conselho de Ministros número cinco/dois mil e dezoito, de onze de janeiro, veio impor um apertado calendário aos Municípios em termos de opções a tomar. Até trinta de setembro, caso a opção seja pela concessão, os agrupamentos de municípios têm já de ficar fechados e o contrato desenhado.-----

-----Esta é uma oportunidade de alteração de paradigma, de uma atitude passiva para uma atitude mais ativa por parte de cada Município. Uma oportunidade para se desenvolverem comunidades verdes e cidades e territórios inteligentes, num quadro de promoção de uma renovada dinâmica na economia regional, promovendo atividades focadas na eficiência de recursos, conciliando o estímulo à competitividade das empresas da região com o envolvimento da sociedade na promoção da economia baixo carbono e perspetivando, ainda, de uma forma coordenada, a redução do desemprego em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

cada região.-----

-----Assim, apresentamos esta recomendação a solicitar ao executivo um debate amplo com a sociedade civil, no sentido de encontrar o melhor caminho, aproveitando todas as oportunidades já apresentadas, que pode ser novamente a concessão ou então a municipalização desta infraestrutura”-----

-----Só queria dizer e acrescentar a isto, e para terem a noção, muita gente, se calhar, não teria a noção, a rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, tal como a rede de saneamento e a rede de distribuição de água, são pertenças do município e está concessionada tal como atualmente a rede de abastecimento de água e de saneamento.-----

-----Para isso nós temos uma elétrica que toda a gente conhece, a EDP, pela mesma concessão paga uma renda e essa renda é utilizada muitas vezes pelos municípios para fazerem o pagamento dos custos da iluminação pública, de fornecimento energética à iluminação pública, e no caso de sobrar dinheiro, que no caso do município de Barcelos não sobra, poder cobrir outras despesas. Ora, o resultado é que esta concessão chegou ao fim e é preciso decidir o que é que se vai fazer. E o que se vai fazer é bastante importante que se tenha uma estratégia, pois as oportunidades são imensas.-----

-----Estas redes de abastecimento de energia elétrica, ou estas infraestruturas, hoje em dia dá para ter oportunidades que até agora são desperdiçadas. Estamos a falar de oportunidades que são agora desenvolvidas, como o autoconsumo, telecomunicações, e outras como a mobilidade inteligente, mobilidade elétrica. Estas situações deverão ser todas apresentadas e todas definidas no novo quadro. E isto tudo também relativamente à questão da concessão, ou é uma questão de gestão, deverá ser analisado de modo a que o município e os utentes, ou munícipes, os barcelenses, tenham as melhores vantagens. Isto deverá ser feito num quadro o mais transparente possível e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

envolvendo a sociedade civil tanto no sentido da melhor opção e tanto no sentido para evitarmos uma tragédia que foi a questão da concessão e a remunicipalização dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento.----

-----Tenho dito.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Passaríamos imediatamente à votação desta recomendação do CDS-PP, que foi lida pelo senhor deputado Filipe Pinheiro.-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

-----*(Ninguém)*-----

-----Quem se abstém faz o favor de se levantar.-----

-----*(Sessenta e cinco: quarenta e nove do PS, sete do PSD, oito do BTF, um Independente)*-----

-----Quem vota a favor faz o favor de se levantar.-----

-----*(Trinta e nove: vinte e dois do PSD, dez do BTF, três do CDS-PP, dois do BE, um do PCP, um Independente)*-----

-----A recomendação foi aprovada por maioria com trinta e nove votos a favor, sessenta e cinco abstenções e zero votos contra.-----

-----Passaríamos agora à intervenção do Bloco de Esquerda, tem a palavra o senhor deputado José Maria Cardoso.-----

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Mais uma vez os cumprimentos à Mesa através do Senhor Presidente e Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros e Caras Colegas, Meus Senhores e Minhas Senhoras, Comunicação Social.-----

-----A intervenção que o Bloco de Esquerda traz hoje a esta Assembleia é fazer assim uma espécie de balanço de alguma atividade deste primeiro ano, mais um balanço daquilo que não foi feito, portanto, é chamar-lhe um balanço, digamos, do que há para fazer. Pegando muito naquilo que foi o programa e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

que foi o manifesto autárquico do Bloco de Esquerda e aquilo que nós achamos importante e prioritário, sem querer dizer que tudo o que nós apresentamos tem que ser cumprido, de maneira alguma, isso só seria se tivéssemos ganho as eleições, o que não foi o caso, mas algumas das questões que nos parecem prioritárias tomar em atenção, até porque dentro em breve fará um ano que já decorreram essas eleições e um ano deste mandato que é preciso ter em atenção.-----

-----E começava por falar, obviamente, no contrato da água. Ou seja, é ou não tempo, senhor presidente, de nos dar uma explicação sobre a situação? Fazer um ponto da situação, dizer-nos em que é que se encontra, ou seja, qual é a resolução possível ao momento, o que é que é viável fazer-se, o que é que já foi feito, que tipo de contactos é que existem.-----

-----É verdade que depois de esquecido aquele acordo de princípio para o resgate e de ser assinado o memorando deste prometido entendimento, na famigerada compra dos quarenta e nove por cento, a partir daí praticamente deixamos de saber o que quer que seja. Na altura a vereação deixou passar por uma tática abstencionista, a Assembleia Municipal por uma certa complacência aprovou, já passou mais de meio ano e nós continuamos sem saber absolutamente nada do que se passou entretanto durante este período de tempo. Sabemos pela comunicação social e porque, na verdade, consultamos o relatório que a ERSAR levantou um conjunto de objeções ao memorando. Isso já foi respondido? Não foi? Por acaso, até quanto nós sabemos, o prazo terminava no passado dia dezoito. Houve uma resposta?-----

-----Portanto, esta no fundo é a nossa grande discordância, nós que fomos sempre pela defesa da remunicipalização e desde a primeira hora estivemos com o Partido Socialista sobre essa questão, deixamos de o estar quando deixa de ser uma remunicipalização. Mas a grande crítica que sempre tivemos e a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

discordância que temos e apresentamos foi exatamente este facto de nunca ter sido transparente, um processo que passou ao lado, nunca nos foi passado cavaco, entenda-se a expressão, sobre aquilo que estava a decorrer como possível negociação, como se isto fosse uma negociação de secretismo. Dá-me a impressão às vezes que o senhor presidente da Câmara não distingue muito bem quando se está a falar de uma causa pública, está a falar dos dinheiros públicos. É que caso isto corra mal, e é previsível que assim possa vir a acontecer, somos nós que vamos pagar, são os cidadãos que vão pagar este prejuízo imenso. Porque a execução da condenação pode avançar a qualquer momento. É uma decisão do juiz do TAF de Braga. E feitas as contas, no final de dois mil e dezassete, já há para pagamento qualquer coisa como noventa e oito vírgula seis milhões. O que é que isto implica? Isto torna a nossa Câmara insolvente. É um assunto demasiado sério para que não seja prestado contas e é uma exigência do Bloco de Esquerda, e afirmo as palavras, é uma exigência do Bloco de Esquerda que esta situação seja tornada pública, que não possa continuar neste obscurantismo como se de um negócio privado, um negócio mais ou menos tapado, fechado, se tratasse. É preciso declarar aquilo que é o momento e o ponto da situação sobre esta questão, porque ela é demasiado importante e diz respeito a todos.-----

-----Queria também falar sobre a questão do Rio Cávado, aquele princípio devolver o Cávado aos barcelenses, à cidade, ao concelho, e começar por dizer uma coisa muito importante: que é valorizar o trabalho que está a ser feito, tanto pela parte das corporações dos bombeiros, pelas quais tenho muita estima, nomeadamente neste caso concreto o trabalho que está a ser feito, e é verdade dizê-lo, pela vereação do pelouro em causa, tem feito um trabalho que nós assinalamos como muito importante e muito significativo. Facto que até hoje nunca se fez nem nunca existiu.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----De qualquer maneira, consideramos que é preciso dar passos no sentido de concretizar aquilo que é previsível. Por exemplo, a questão do Ecoparque é para nós um ponto muito importante junto às lagoas, por todo aquele espaço, que venha a concretizar-se e que isso seja algo a decorrer neste mandato e fazer-se neste mandato. Temos, digamos, objetivos concretos.-----

-----Por exemplo, gostava de saber se este passadiço montado agora para os jogos do rio se é para ficar e até quando. Remonta uma velha ideia e uma velha imagem de muitos que viveram o rio e que se lembram daquele passadiço que lá existia, não pelo sentido saudosista da questão, mas com a eficiência de um trabalho sobre o rio que está a ser feito que me parece muito importante criar.-

-----É preciso perceber-se ou saber-se para quando a ecovia do Cávado, quando se torna atrativas as margens, quando é que a cidade começa a crescer voltada para o rio. Este é um aspeto fundamental que me parece importante ter.-----

-----Por exemplo, um parque de autocaravanas que nós reivindicámos ali junto ao rio, porque é que não se faz? Vejam a quantidade de autocaravanas que nomeadamente às quartas-feiras ali param e se isso não era importante fazer-se.-----

-----A criação de um parque municipal urbano onde possam as pessoas praticar uma atividade física, isso não é assim tão, diria, difícil de concretizar quanto isso, tanta gente circula na rua muitas vezes ao perigo dessa própria situação.-----

-----A implantação de um serviço de transportes públicos.-----

-----Um plano municipal de eficiência energética que ainda há bocado aqui foi falado que é preciso criar.-----

-----As políticas que conduzam à recuperação e afetação de casas para habitação no centro histórico. É preciso ter cuidado com isto. É preciso ter



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

alguma intervenção. Hoje há já uma especulação arrendatária na nossa cidade que faz com que alguns T-Um estejam a ser alugados mensalmente por quinhentos euros. Isto é especulação! É preciso atuar sobre isto, não permitir que haja uma espécie de gentrificação do meio urbano na área residencial.-----

-----Outras coisas haveria para dizer, fico por aqui, por enquanto...-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Apelando à contenção dos seis minutos, tem a palavra o senhor deputado Mário Figueiredo. Não tem nada a ver esta observação com o senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente.---

-----Confesso que tive alguma hesitação quanto ao assunto a trazer aqui, primeiramente pensei abordar de facto a situação da água que é um tema complexo, mas, feita a reflexão, os zigzagues são tantos, a falta de clareza é tanta, as informações e as contrainformações são muitas, que julgo que mais nada terei a acrescentar sobre o erro estratégico da Câmara Municipal de Barcelos sobre esta matéria, a não ser afirmar, mais uma vez, que é o dever da Câmara Municipal de Barcelos cumprir a decisão da Assembleia Municipal de Barcelos, que tinha a maioria do Partido Socialista, em fazer o resgate da concessão da água por oitenta e sete milhões de euros, que até hoje não se sabe porque é que isso nunca foi cumprido e houve uma decisão posterior.-----

-----Posto isto e visto que mais nada teria a acrescentar sobre isto, atendendo à contrainformação que existe sobre esta matéria, abordarei outro assunto que julgo que tem sido negligenciado, ano após ano, pelos sucessivos executivos mas que é de enorme importância para o concelho de Barcelos.-----

-----E dizer que Barcelos até tem a sorte de ter uma localização geográfica que é uma grande vantagem mas que se perde e até se pode dizer que se inverte pela sucessiva perda da atratividade em relação aos concelhos vizinhos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

nas mais diversas áreas do nosso concelho. Atividades económicas, trabalhadores, estudantes, cidadãos, turistas, escolhem outros concelhos em detrimento do concelho de Barcelos.-----

-----O Cávado, como já foi aqui falado, o artesanato, a cultura, os bons serviços públicos, que ano após ano tem que se encerrar sempre mais algum, têm um papel central na inversão deste caminho, ou seja, tornar a cidade de Barcelos e o concelho um concelho mais atrativo quer para se viver, quer para se visitar.-----

-----Há aqui um elemento importantíssimo e é aqui que eu queria falar, que é a aposta dos transportes coletivos, corrigindo erros importantes de mobilidade concelhia, que é uma opção política estratégica para o desenvolvimento do concelho, e isto tem sido negligenciado. Há constrangimentos de mobilidade que são da responsabilidade política dos governos, dos sucessivos (PS, PSD, CDS), que insistem num inadequado serviço de transporte ferroviário e na aplicação de portagens nas Scuts. Mas, apesar de ser da responsabilidade do Governo esta deficiente mobilidade, cabe, no entanto, à Câmara Municipal de Barcelos: exigir e lutar por estes serviços ferroviários e pelo fim das portagens e bom serviço ferroviário com mais horários, mais baratos e mais rápidos; exigindo a eliminação das passagens de nível; e exigindo a classificação da nossa linha como zona suburbana, que estamos em clara desvantagem, por exemplo, com Famalicão que tem comboios de meia em meia hora a metade do preço e com viagens muitas vezes de vinte e tal minutos para Braga. Quem quer ir de Braga para Famalicão demora vinte minutos; muitas vezes para vir para Barcelos demora, em alguns casos, uma hora e meia/duas horas. -----

-----Mas, apesar destes constrangimentos que são da responsabilidade do Governo, também há insuficiências de mobilidade que são da responsabilidade política do município, que ano após ano insiste em não os corrigir, e estou a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

dizer a conclusão do nó de Santa Eugénia, a Central de Camionagem e o não investimento nos Transportes Coletivos Urbanos.-----

-----Olhar para este conceito de mobilidade como elemento estratégico é essencial. E se é verdade que décadas após décadas o PSD tudo atrasou, também não deixa de ser verdade que em uma década o PS nada acrescentou. E tudo isto trazia grandes vantagens para o nosso concelho porque, em primeiro lugar, criava um reforço da nossa coesão territorial concelhia, que deveria preocupar quem decide. Basta ver que há muitos cidadãos barcelenses que não fazem o mínimo de vida no nosso concelho, abrem uma conta bancária se calhar em Braga, se calhar em Famalicão, se calhar em Viana do Castelo. Quando vão fazer as suas compras não é no concelho de Barcelos que fazem, vão aos concelhos vizinhos, porque não têm transportes para se deslocarem dentro do concelho de Barcelos. Há muitos cidadãos que se deslocam diariamente para fora do concelho por não ter acessibilidade, por exemplo, à cidade. E tudo isto trazia outras vantagens para além do reforço desta coesão concelhia. Por exemplo, a questão do estacionamento. Cada vez é mais precário o estacionamento em Barcelos, cada vez se vê mais estacionamentos em cima dos passeios que cria transtornos sérios aos transeuntes, trazia de facto grandes reduções aos custos familiares, porque poderiam fazer a sua mobilidade por transportes públicos, que poderiam trazer uma grande poupança no orçamento das famílias. Era de facto importante para a mobilidade das pessoas que não têm transporte individual, ainda agora foi um elemento que foi referido nesta questão do encerramento de Arcozelo, como é que se deslocam para determinados sítios se não têm transportes.-----

-----A questão ambiental que não é de descurar e de facto o desenvolvimento económico que os transportes coletivos podia trazer. Basta lembrar que Famalicão terá transportes urbanos há cerca de três décadas e Barcelos nem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

sequer tem uma ideia daquilo que quer fazer para os transportes coletivos.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Vai ter agora a palavra, pelo Partido Socialista, o senhor deputado Manuel Mota. O Partido Socialista apresentou uma moção sob o título “*Pela inclusão no Orçamento de Estado para dois mil e dezanove do Novo Hospital de Barcelos*”, a que obviamente o senhor deputado também se irá referir.-----

DEPUTADO DO PS – Manuel Mota – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, restantes Vereadores, Caros Deputados Municipais, Caros Concidãos.-----

-----“Considerando que:-----

-----Um – Atualmente, o Hospital de Santa Maria Maior, EPE, instalado em edifício que é propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, apresenta uma estrutura física antiquada, funcionalmente desequilibrada e desarticulada, estando longe de dispor das condições apropriadas para prestar cuidados de saúde de acordo com os melhores padrões de qualidade e segurança do Serviço Nacional de Saúde, e assim assegurar um atendimento e acolhimento adequados aos seus utentes;-----

-----Dois – A dimensão e configuração das atuais instalações hospitalares, apesar das sucessivas beneficiações e ampliações, são reconhecidamente inadequadas para permitirem a diferenciação das especialidades e valências, que assegurem um serviço de saúde de qualidade, para fazer face às necessidades de cuidados hospitalares dos mais de cento e cinquenta e três mil utentes da sua área de influência, correspondente aos concelhos de Barcelos e Esposende;-----

-----Três – Inserido na malha urbana da cidade de Barcelos, sem possibilidade de expansão, nem condições viáveis de recuperação, renovação ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

modernização, com acessos viários fortemente condicionados, o atual edifício Hospitalar constitui uma infra-estrutura de saúde com profundas fragilidades e progressivo estado de inadequação física, sendo notório o seu esgotamento funcional;-----

-----Quatro – A atividade realizada nas várias linhas assistenciais ilustra a imprescindibilidade de um novo hospital, num modelo de proximidade. Assim, de acordo com os dados do Relatório de Gestão e Contas do Hospital Santa Maria Maior, referente a dois mil e dezasseis, foram realizadas setenta e um mil, trezentas e doze consultas externas e verificaram-se cinco mil, cento e setenta e oito doentes saídos, a que corresponderam seis mil, quatrocentos e noventa e quatro dias de internamento e uma taxa de ocupação de oitenta e sete vírgula oito por cento, tendo em conta as cento e dezassete camas existentes. No que diz respeito à atividade cirúrgica, foram intervencionados quatro mil, quinhentos e sessenta e um doentes, sendo mil, quinhentos e trinta e seis com recurso ao internamento e três mil e vinte e cinco de ambulatório. O Hospital de Dia realizou sete mil, quatrocentos e noventa e uma sessões. Finalmente, quanto ao serviço de urgência, foram realizados sessenta e nove mil, setecentos e cinquenta e um episódios;-----

-----Cinco – Para a instalação da futura unidade hospitalar, a Câmara Municipal de Barcelos demonstrou total disponibilidade para aquisição de um terreno, que já se encontra consignado para a construção do mesmo, em sede do Plano Diretor Municipal de Barcelos e que se localiza na União de Freguesias de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescaíña (São Martinho e São Pedro);-----

-----Seis – O perfil assistencial do novo hospital de Barcelos, após o reconhecimento por parte do Ministério da Saúde, em dois mil e nove, através do Acordo Estratégico para o Lançamento de um Novo Hospital em Barcelos, corresponde ao de uma unidade hospitalar de proximidade, com uma forte



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

componente de ambulatório (consulta externa, hospital de dia e cirurgia de ambulatório);-----

-----Sete – É do conhecimento público que, quer o Governo, através do Ministério da Saúde, quer todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República, já se pronunciaram favoravelmente quanto à importância da construção do Novo Hospital de Barcelos.-----

-----Assim, a Assembleia Municipal de Barcelos, reunida na sessão ordinária de vinte e oito de junho de dois mil e dezoito, delibere recomendar ao Governo as seguintes alíneas a) e b) e a todos os grupos parlamentares com assento na Assembleia da República a seguinte alínea b):-----

-----a) O início imediato da reformulação do projeto do novo hospital de Barcelos;-----

-----b) A inscrição no próximo Orçamento de Estado do quadro financeiro para a concretização do novo hospital de Barcelos”.-----

-----E aqui queria frisar uma perspetiva que me parece muito interessante no atual contexto.-----

-----Nós estamos a preparar o próximo orçamento do Estado. Como sabemos, já há reuniões entre o Governo e os vários grupos parlamentares para a definição das linhas orientadoras do próximo orçamento do Estado. Acho que estamos numa altura do ponto de vista político em que para a população do concelho de Barcelos vale muito pouco o debate em se a responsabilidade é do Partido Socialista, que em dois mil e nove e em dois mil e onze não foi capaz de concretizar o novo hospital, ou se o Governo da direita entre dois mil e onze e dois mil e quinze não foi capaz de a concretizar, ou se nos últimos três anos o Governo do Partido Socialista com o apoio parlamentar do Partido Comunista Português e do Bloco de Esquerda que foram capazes de o concretizar.-----

-----Como nós vimos no debate da semana passada sobre o adicional do ISP,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

hoje no contexto daquilo que é a realidade parlamentar portuguesa é possível também, se não for por iniciativa do Governo, e o Partido Socialista tudo fará para que o Governo inicie do ponto de vista financeiro objetivamente uma calendarização da construção do novo hospital, há condições do ponto de vista parlamentar para que todos os grupos parlamentares assumam as suas responsabilidades.-----

-----É neste atual contexto, de acordo também com a orientação que foi dada pela comissão aprovada nesta Assembleia Municipal de defesa da construção de um novo hospital, e, como eu referi também, num posicionamento absolutamente transversal de todos os grupos com assento nesta Assembleia Municipal, acho que este é o momento certo e histórico em que podemos todos em conjunto defender inequivocamente que no próximo quadro orçamental do orçamento do Estado, passo o pleonismo, tendo em linha de conta até que a referência em dois mil e nove de que era possível se fosse feito no contexto dos fundos comunitários, não haja também aqui uma desresponsabilização que não permita que de facto neste atual contexto e na perspetiva do próximo orçamento do Estado não seja concretizada esta necessidade premente do nosso concelho. Aliás, o hospital é também de referência do concelho de Esposende, uma infraestrutura que nós reconhecemos objetivamente como absolutamente inadequada e que é fundamental que seja concretizada, como eu referenciei anteriormente, nos próximos tempos pela importância que tem para a qualidade de vida de todos os barcelenses.-----

-----Obrigado, senhor presidente.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Vamos passar à votação da moção!-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

-----*(Ninguém)*-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Os senhores deputados que se abstêm fazem o favor de se levantar.-----

------(Ninguém)-----

-----Aprovada por unanimidade.-----

-----Tem agora a palavra o senhor deputado do PSD, Hugo Cardoso.-----

DEPUTADO DO PSD – Hugo Cardoso – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora e Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Caros Membros desta Assembleia, Senhoras e Senhores aqui presentes, muito boa noite a todos.-----

-----O mundo, em desenvolvimento, tal como o conhecemos, vê-se atualmente confrontado com o duplo desafio de, por um lado, estimular o crescimento económico necessário para potenciar e criar emprego, bem-estar para os seus cidadãos e, ao mesmo tempo, garantir que a qualidade que advém desse crescimento nos conduz a um futuro sustentável.-----

-----Naturalmente, um futuro de desenvolvimento sustentável não se opõe ao crescimento económico, pelo contrário, apenas considera que este não deveria hipotecar as oportunidades e as condições de vida das gerações futuras, nem deveria permitir atividades que pudessem influir negativamente sobre o modo de vida dessas mesmas gerações.-----

-----O desenvolvimento de uma sociedade não pode, de forma nenhuma, ignorar as consequências e os impactos que o crescimento económico tem na gestão dos recursos naturais fundamentais para a vida humana. E nós, enquanto agentes políticos locais, temos uma importante missão nesta matéria.-----

-----O Direito do Ambiente, por definição, é tido como um *“conjunto de princípios e normas que disciplinam as intervenções humanas sobre os bens ambientais naturais, de forma a impedir destruições para a subsistência*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

equilibrada dos ecossistemas, a fomentar a sensibilização para a promoção da qualidade do ambiente, a sancionar as condutas que lesem a integridade e capacidade regenerativa daqueles bens, e a reparar e/ou compensar os danos ecológicos”.-----

-----Ninguém estranhará, portanto, que o objetivo do Direito do Ambiente seja prevenir, inibir e responsabilizar as condutas que afetem gravemente ou irreversivelmente a qualidade dos elementos da natureza, especialmente merecedores de proteção tendo em atenção o seu valor para o equilíbrio do ecossistema.-----

-----De resto, o ordenamento jurídico português consagra de forma absolutamente inequívoca o direito dos cidadãos ao ambiente, quer seja através da Constituição da República Portuguesa, pela Lei de bases da política de ambiente ou outros normativos legais. E esse reconhecimento jurídico deve-se ao grande relevo que o ambiente vem assumindo como novo valor individual, social e político.-----

-----Na base do dano ecológico encontra-se uma ofensa ao bem público ambiente e, portanto, a tutela contenciosa ambiental é fundamentalmente jurídico-pública, porque o bem é coletivo e público, porque a sua proteção e promoção estão primacialmente entregues a entidades públicas, porque os titulares dos interesses de facto na sua fruição são os membros da coletividade em geral e ninguém em particular.-----

-----Vem tudo isto a propósito da atual exploração de caulino nas freguesias de Vila Seca e Milhazes.-----

-----Como todos os senhores deputados têm conhecimento, desde dois mil e onze que a empresa MIBAL explora, ao abrigo de um acordo assinado em dois mil e onze, caulino naquelas freguesias.-----

-----Este é um longo processo, um processo de muitos avanços e recuos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

onde inclusivamente o Partido Socialista tem tido posições diferentes ao longo dos anos.-----

-----Em dois mil e sete, quando ainda eram oposição na Câmara Municipal, vereadores à época, Horácio Barra, Manuel Ribeiro, Rui Xavier e Domingos Pereira, chegaram mesmo a apresentar um voto de protesto contra esta exploração (sendo curiosamente favoráveis, ao mesmo tempo, à exploração em Barqueiros) e mais tarde, já depois de vencerem as eleições autárquicas de dois mil e nove, iniciaram um processo de mediação entre as freguesias e a empresa concessionária, tendo culminado com a assinatura de um protocolo em dois mil e onze e de onde fazem parte as Juntas de Freguesia de Vila Seca, Milhazes, MIBAL, Direção-Geral de Energia e Geologia e Câmara Municipal de Barcelos.----

-----Uma das maiores preocupações que as populações destas freguesias sempre manifestaram tem que ver precisamente com a proteção do ambiente e a recuperação dos terrenos, bem como a forma como a mesma iria ser feita.-----

-----Sobre este mesmo assunto, o senhor presidente da Câmara referiu, em dois mil e nove, um dia após a sua tomada de posse e no preciso momento que a empresa MIBAL entrava nos terrenos do centro da freguesia de Barqueiros, que tudo o que é ilegal tem de se contestar e que a Câmara tem que, acima de tudo, concordar com a legalidade das situações.-----

-----Pois bem, a verdade é que nem tudo está conforme a lei.-----

-----É importante que os partidos políticos e movimentos aqui representados tenham bem presente que o que está em causa não é o pensamento político do grupo municipal do PSD. O que está em causa é uma questão de cumprimento de regras, de respeito (se assim lhe quiserem chamar), o que está em causa é uma questão de legalidade.-----

-----Confesso que a recorrente forma de atuar que a empresa foi tendo nas explorações de caulino na freguesia de Barqueiros não nos traziam grandes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

expectativas quanto ao desfecho deste processo ou à forma como as coisas se iriam processar em Vila Seca e Milhazes.-----

-----As irregularidades que sempre foram possíveis de constatar comprovam, de resto, que aquela exploração nunca foi um bom exemplo... desde as barreiras de segurança absolutamente inexistentes, à sinalização insuficiente, ao aterro dos terrenos com resíduos que não são facilmente degradáveis, quando o que a lei impõe é que o aterro seja feito com material inerte ou solo original.-----

-----Não há nada que consiga compensar as pessoas que diariamente convivem com aquela realidade, a realidade que lhes colocaram à frente, nem há nada que devolva a expectativa de qualidade de vida que pura e simplesmente lhes retiraram.-----

-----Mas se o erro já está feito, resta exigir que se cumpra com aquilo que são as normas legais nesta matéria, bem como com aquilo que foi acordado pela empresa ao abrigo de um protocolo assinado.-----

-----Neste momento, é público a falta de cumprimento do protocolo assinado entre a empresa com as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal.-----

-----É público o recorrente incumprimento das condições de segurança.-----

-----É público que a exploração de caulinos está a resultar na contaminação das linhas de água, existindo também muitas dúvidas quanto à recuperação das áreas exploradas.-----

-----É público que estes problemas se arrastam dia após dia, prejudicando seriamente os habitantes e as autarquias, degradando o bem-estar e o ambiente nas freguesias de Vila Seca e Milhazes.-----

-----É público que o senhor presidente da Câmara Municipal de Barcelos afirmou, aquando da assinatura do protocolo com a empresa MIBAL, e passo a citar, *“este memorando de entendimento firma a garantia de proteção do ambiente envolvente à exploração, do património arquitetónico das duas*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

freguesias e dos recursos hidrográficos desta zona do concelho de Barcelos...".---

-----É público que tal não está a acontecer e que até hoje nem o Partido Socialista/Governo nem a Câmara Municipal de Barcelos atuaram nesta matéria.-----

-----Meus senhores, se a empresa que está a proceder à exploração não acautela a segurança, cabe ao senhor presidente da Câmara, como responsável máximo pela proteção civil no concelho, tomar medidas. Não o fazendo estamos perante uma atitude de completo alheamento daquelas que são as suas competências e perante uma atitude de perfeita negligência.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra, pelo BTF, o senhor deputado José Paulo Matias.-----

DEPUTADO DO BTF – José Paulo Matias – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----A Assembleia Municipal de vinte e nove de novembro de dois mil e dezassete aprovou o acordo alcançado entre Miguel Costa Gomes e os acionistas da Águas de Barcelos acerca da *“Adenda ao Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Águas e Saneamento do Concelho de Barcelos”*.-----

-----O BTF, à data, fez uma análise muito crítica acerca da forma como decorreram as negociações, bem como à falta de toda a informação que deveria fazer parte dos documentos apresentados para deliberação, nomeadamente o contrato de aquisição de participações sociais e da cessão de créditos dos acionistas ABB e GBB.-----

-----Tais informações foram sempre escondidas e sonegadas. Duvidamos que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

se elas fossem conhecidas esta Assembleia Municipal aprovasse tal adenda. O PS conhecia este contrato?-----

-----De qualquer forma, a dita adenda foi aprovada. E o senhor presidente da Câmara sempre disse que não havia tempo a perder, pois todo o processo aprovado teria que ser validado pela ERSAR e pelo Tribunal de Contas.-----

-----O processo foi remetido à ERSAR em seis de dezembro de dois mil e dezassete, mas incompleto, tendo a ERSAR solicitado documentos em falta, e só parcialmente satisfeito no início de janeiro de dois mil e dezoito.-----

-----Em vinte e sete de março de dois mil e dezoito a Câmara Municipal recebe o parecer, negativo, exigindo um conjunto de esclarecimentos e alterações ao contrato celebrado entre o município e os acionistas da Águas de Barcelos.-----

-----Foi através do parecer da ERSAR que os vereadores do BTF tiveram conhecimento que o tão escondido contrato celebrado entre o senhor presidente da Câmara, a ABB e a GBB tinha sido assinado em dezanove de maio de dois mil e dezassete e, afinal, existia mesmo.-----

-----Este contrato começa já a produzir efeitos a partir de sábado, dia trinta de junho, no tocante às cláusulas penalizadoras.-----

-----Quem o ler fica com a certeza que foram cometidos abusos de poder que podem acarretar fortes prejuízos para o município, através das cláusulas penalizadoras por incumprimento dos prazos acordados. Os prejuízos podem ir de quinhentos euros/dia por falta de substituição das garantias bancárias da ABB, até ao eventual pagamento de mais de dez milhões de euros se houver incumprimento no pagamento total da indemnização das prestações já vencidas proferidas no acórdão do Tribunal Arbitral.-----

-----Acresce, ainda, que há um imobilismo gritante na falta de decisão da gestão política municipal. O parecer da ERSAR deu entrada na Câmara em vinte



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

e sete de março de dois mil e dezoito. Já passaram três meses após notificação da ERSAR, sem ser dada qualquer resposta às questões suscitadas e não o serão na sua globalidade.-----

-----O prazo assumido no contrato está ultrapassado e a sua concretização pode estar irremediavelmente comprometida com os prejuízos que bem sabemos.-----

-----Afinal, não era por falta de maioria no executivo municipal que os problemas não se resolviam. Era, e é, por manifesta incapacidade e desleixo de executar, de decidir, de resolver!-----

-----Há ainda o problema dos prazos das propostas dos empréstimos bancários que já caducaram, de acordo com o relatório que foi disponibilizado em sede de executivo e nesta Assembleia Municipal, aquando da aprovação de autorização para o pedido de empréstimo de cerca de cinquenta milhões de euros.-----

-----Há forte probabilidade de novas propostas serem mais penalizadoras para o município quer quanto à taxa de juro, quer quanto ao *spread*. Se isso acontecer, de quem é a culpa? Quem vai ter que responder pelo prejuízo causado?-----

-----Continuamos a afirmar que os valores inscritos no contrato não são transparentes e não estão justificados. Um documento fornecido pelo acionista maioritário em um de abril de dois mil e dezasseis, que aqui posso mostrar, demonstra que os suprimentos, participações acessórias de capital e ações totalizam o valor de quatro milhões, novecentos e cinquenta mil, quinhentos e setenta e nove euros. Portanto, muito longe dos sete milhões e meio de euros.--

-----A confirmar todas estas dúvidas, num jornal local publicado ontem, quarta-feira, dia vinte e sete, transcreve afirmações do senhor presidente do Conselho de Administração da Águas de Barcelos desmentindo a cedência de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

quaisquer créditos da Somague à ABB inscritos no contrato celebrado entre o presidente da Câmara e a ABB e GBB, no valor de um pouco mais de um vírgula três milhões de euros. Isto tem que ser esclarecido. Custe o que custar!-----

-----O senhor presidente teve acesso a todos os documentos comprovativos dos créditos inscritos no contrato e que estão contabilizados nas contas da Águas de Barcelos? Ou assinou de cruz?-----

-----Não pode ficar a mais pequena dúvida acerca deste contrato e destas contas. Então isto não é falta de transparência?-----

-----Senhor presidente, senhores deputados,-----

-----Durante muitos anos militei no PS. E aqui nesta casa trabalhei com muitos barcelenses militantes do PS, entre outros, deixem-me citar: João Lourenço, Horácio Barra, Manuel Mota, Nelson Brito, Lucinda Fonseca, Duarte Nuno Pinto, Elisa Braga, Domingos Pereira, Isolete Matos, Joaquim Barbosa, Alfredo Cardoso e muitos outros que sempre se bateram pela transparência e pelo exercício da democracia.-----

-----Foi esse o caminho que trilhei e é esse o caminho do BTF: pela transparência, pela tolerância, pela democracia e pelo serviço público.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Passaríamos agora ao segundo período de intervenções de três minutos. O primeiro partido a intervir é o CDS, o senhor deputado Filipe Pinheiro. O senhor deputado prescinde.-----

-----A seguir, pelo Bloco de Esquerda, tem a palavra o senhor deputado José Maria Cardoso.-----

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Uma outra vez os cumprimentos à Mesa, à Presidência, aos Vereadores e a todos os presentes.-----

-----Votámos favoravelmente a moção apresentada pelo Partido Socialista,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

estamos perfeitamente de acordo que estão reunidas condições para, de uma vez por todas, haver uma posição unânime sobre aquilo que é um direito inalienável da população barcelense: a construção do novo hospital.-----

-----Queria dizer desde já que já aqui assumi, eu publicamente em nome do Bloco de Esquerda, que nós faremos tudo para que o próximo orçamento do Estado, e nas conversações que entretanto já decorrem para esse orçamento, seja incluído a questão da construção do novo hospital. Já o fizemos aqui e já o fizemos também no parlamento através dos deputados que estão nomeadamente nesta comissão da especialidade.-----

-----Portanto, é ponto assente para nós que assumimos por inteiro este repto aqui lançado pelo Partido Socialista. Estamos mesmo empenhados nesta questão. Aliás, fizemos visitas, fizemos perguntas ao ministro, foi apresentado um projeto de resolução do Bloco de Esquerda que na passada quarta-feira, ontem, seria para ser discutido em sede de comissão parlamentar, não foi porque o CDS, com toda a legitimidade, fez um pedido potestativo de adiamento, provavelmente também para ganhar tempo para apresentar o seu projeto de resolução, com todo o direito, mas só por isso é que não foi discutido ontem, poderá vir a ser discutido dentro em breve esse projeto de resolução que aponta nesse sentido.-----

-----O único reparo que faço àquilo que nos é apresentado diz respeito ao ponto seis, quando fala no perfil assistencial do novo hospital. Não parece correto estar-se a falar neste momento no perfil assistencial, porque isso está a ser objeto de discussão da comissão que foi criada entretanto para discutir de uma forma aberta, e assim tem funcionado, aquilo que deve ser o tipo de hospital que devemos ter para Barcelos e quais as formas de atuação do hospital. Portanto, esse perfil assistencial é objeto dessa discussão.-----

-----Queria só dizer que esperamos também para ver com alguma ansiedade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

qual é a posição dos deputados do Partido Socialista sobre esta posição. A do Bloco de Esquerda está assumida, esperemos qual é a dos outros partidos, nomeadamente a do Partido Socialista que aqui faz este repto. Mas acho muito bem que assim seja e nós votámos favoravelmente.-----

-----Quanto à proposta do CDS, dizer que também votámos favoravelmente porque ela traz um problema importante, resultado da alteração da própria lei, do Conselho de Ministros, número cinco, de dois mil e dezoito, o fim do contrato de concessão da distribuição em baixa tensão, em que os municípios têm que optar, têm que fazer opções, em explorar diretamente ou abrir concurso para concessão. Sempre defendemos que por princípio a exploração deve ser direta, municipal ou intermunicipal, mas achamos muito bem fazer um debate, com as vantagens/desvantagens, custos/benefícios que tudo isso possa ter para, no fundo, criar situações possíveis para se chegar a esse acordo. Portanto, somos favoráveis a este debate, por isso votámos favoravelmente.-----

-----Queria só, para terminar, perguntar à Câmara Municipal, porque é feita uma observação nesta recomendação do CDS, que diz que atualmente o que recebe da concessão já não cobre o que paga. Gostávamos de ver isto confirmado ou não pela Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra o PCP, o senhor deputado Mário Figueiredo.-----

DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente.---

-----Votámos a favor da moção apresentada pelo Partido Socialista, isto é uma batalha que tem longos anos e que há longos anos é travada pelo Partido Comunista. E, apesar de reconhecer que muitos deputados do Partido Socialista desejam realmente e honestamente a construção do novo hospital, eu não posso deixar de assinalar a duplicidade política do Partido Socialista nesta matéria. E também, apesar de reconhecer esse desejo de muitos deputados do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

Partido Socialista, recentemente houve um congresso do Partido Socialista, nenhum dos congressistas de Barcelos lá presentes disseram lá, olhos nos olhos, que era necessário a construção de um novo hospital em Barcelos. Porque é muito fácil defender-se em Barcelos a construção do novo hospital e depois, em Lisboa, esquece-se tudo.-----

-----Depois, não quero deixar de achar uma certa graça esta recomendação aos grupos parlamentares da inscrição no orçamento do Estado do novo hospital. Ora isto não é concretizável, o Partido Comunista não pode fazer isso, quando muito pode recomendar que seja inscrito. E não deixa de ter piada porque precisamente recomenda quem tem o poder de decidir. Basta que o Partido Socialista decida construir o novo hospital que já não precisa de recomendar nada a ninguém. Que decida! E é isso que deverá fazer em vez de andar aqui com recomendações e que exija de facto ao seu Governo que cumpra esta necessidade dos barcelenses.-----

-----Dizer que na última Assembleia Municipal foi feito em tom de desafio, pelo senhor presidente da Câmara, ao Partido Comunista que o Partido Comunista deveria propor a construção do novo hospital em sede de orçamento do Estado na Assembleia da República. Entendi isso como uma distração visto que há cerca mais ou menos de vinte anos que o Partido Comunista Português tem proposto, ano após ano, a construção do novo hospital em Barcelos. Portanto, não precisamos da recomendação do Partido Socialista nesta matéria, nem compreendemos que quem recomenda é quem tem o poder de decidir. Basta que o Partido Socialista decida e a coisa concretiza-se.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra, pelo Partido Socialista, o senhor deputado Manuel Mota.-----

DEPUTADO DO PS – Manuel Mota – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----O Partido Socialista absteve-se na moção do CDS por duas razões muito objetivas:-----

-----A primeira, porque nós estamos claramente a favor de todo o tipo de debate, nomeadamente este sobre questões energéticas e questões também económicas, porque salvaguardam também, em termos de despesa, a despesa municipal. Só que a ERSE é muito clara em relação a esta matéria e indica que do ponto de vista económico/financeiro a gestão municipal faria sentido ou só fará sentido quando a indicadores de população muito superiores aos nossos, mais de meio milhão de utentes será o indicador para que haja dimensão por parte dos municípios para a gestão municipal. Portanto, tudo indica, tudo aponta para que a gestão tenha naturalmente que ser feita no contexto de concessão.-----

-----Por outro lado, também é bom recordar o esforço que foi feito pelo município, nomeadamente com a diminuição da despesa com a colocação de um conjunto de lâmpadas de menor consumo, transversalmente, no concelho. Portanto, nessa perspetiva, parece-nos que teremos muito poucas condições para que haja uma gestão municipal, mas o debate que seja feito e que seja aberto e participado.-----

-----Em relação ao Bloco de Esquerda, saudar a atitude responsável e consciente nomeadamente em relação à valorização que se faz da prioridade estabelecida para o Rio Cávado. Também é nosso entendimento que os passos que estão a ser dados são muitíssimo positivos, estamos a falar de um elemento patrimonial extremamente relevante do nosso concelho e estratégico também para a qualidade de vida dos nossos concidadãos, nomeadamente agora com os avanços em relação à escola de atividades náuticas, a limpeza e a recuperação das margens, e também a nova dinâmica que é dada na área envolvente não só por parte do município. O senhor presidente da Câmara estabeleceu como



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

prioridade, no orçamento que tem em concreto, a questão dos passadiços ser concretizada, e também, como está referenciado no orçamento municipal, uma verba de cerca de um milhão de euros já para algumas matérias em concreto.---

-----O Partido Comunista Português fala nos transpores coletivos urbanos, está no nosso compromisso eleitoral, também é de facto uma das matérias em que nós teremos que dar avanços significativos, eu penso que já há alguns indicadores que nos poderão aproximar desse desafio gradualmente, naturalmente pelas características que tem o nosso concelho.-----

-----O BTF vem falar sistematicamente na questão da transparência, que nós consideramos muito relevantes, mas queria só refletir convosco duas ou três notas.-----

-----O BTF e nomeadamente um órgão da comunicação social têm sistematicamente referenciado esta temática, pondo em causa o Partido Socialista e a Câmara Municipal. Eu lembrava que o debate começou em relação à data. Portanto, o que foi levantado em relação à data da assinatura do acordo eu até achei piada, porque havia um comunicado do PSD, de há quinze dias atrás, sobre a Caixa Geral de Depósitos e curiosamente a data é de dois mil e dezassete. Portanto, lapsos, acontecem. Não levo isto como nada de significativo. Mas à volta disso foi levantada uma falta de transparência, um conjunto de insinuações de uma gravidade tremenda, e o que é mais grave nisto é a tentativa de... é pior que judicialização. Há partidos da oposição e alguma comunicação social que acham que hoje já podem ser juízes e tomar decisões. Vivemos num Estado democrático.-----

-----É notório e foi notório que quer o CDS, quer o PSD não levantou sequer esta matéria, já perceberam o que está em causa, o Bloco de Esquerda também levantou a questão, esperaremos agora os pareceres em relação a esta matéria.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----É inadmissível este sistemático levantar de suspeições sem concretizarem absolutamente nada, colocando-se à frente de tribunais, pondo em causa a seriedade e a dignidade das pessoas, isto é do pior que se pode trazer para a vida política. Se há matérias judicial há instituições que devem ser confrontadas com estas matérias e depois tomar as suas decisões. Não é sistematicamente e de uma forma umas vezes mais séria porque é frontal, mas outras vezes com insídia escondida levantarem sistematicamente este grau de suspeição sobre uma matéria que, com sabemos, já foi colocada ao Ministério Público, o Ministério Público já respondeu. Deixemos as instituições funcionarem e depois das instituições funcionarem debateremos com transparência e com abertura estas questões.-----

-----Para terminar, senhor presidente, só um segundo, para dizer que quem é prejudicado com a situação atual da água são as populações que continuam a não ter em muitas freguesias saneamento básico e redes de distribuição de água que é extremamente importante para a sua qualidade de vida. Esta é a prioridade, independentemente de estarmos de acordo ou não com as decisões democráticas tomadas no executivo e na Assembleia Municipal de Barcelos.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra agora, pelo PSD, o senhor deputado Adélio Miranda. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PSD – Adélio Miranda – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, respetiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, Público em geral e que nos segue via *web*.-----

-----Como introdução, dizer que achamos a recomendação do CDS em matéria de rede elétrica, na sua essência, uma recomendação excelente, pragmática, coerente e justa.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Passando depois a outro assunto, à moção do Partido Socialista sobre a construção do hospital. Registamos com agrado a vinda do Partido Socialista para o campo de luta da construção do novo hospital, já não era sem tempo, e agora esperamos que das palavras passem aos atos. Em Portugal fala-se muitas vezes muito de um assunto e no fim nada está efetivado. Mais do que uma moção é importante a ação. Ação no terreno, ação eficaz, ação produtiva. É tempo de o nosso novo hospital começar a ser construído. Tem que haver sinais políticos concretos da parte da Câmara e da parte do Governo. São da mesma cor.-----

-----Na política normalmente o que parece é e neste caso isso é por de mais evidente. E o que é evidente é a inação, a falta de vontade política quer do executivo municipal, quer do executivo central nesses sinais políticos concretos de que falo.-----

-----E para o PSD quais são os sinais necessários e urgentes?-----

-----Fundamentalmente dois, desde logo à partida:-----

-----Primeiro – A sinalização, através de escritura pública, de compra do terreno para a construção do novo hospital. Não adianta estarmos aqui a falar da construção do novo hospital se a Câmara não apresentar um terreno ao Governo.-----

-----Ponto número dois – Aprovação no orçamento do Estado para dois mil e dezanove de verba concreta para início dos trabalhos preliminares e lançamento do respetivo concurso público internacional.-----

-----A construção do novo hospital não é um favor que o Governo do PS e das esquerdas fazem a Barcelos. É uma obrigação que têm que fazer para Barcelos.-

-----O Governo socialista de dois mil e nove, reconhecendo, por um lado, a injustiça do fecho da maternidade e, por outro, a necessidade absoluta de uma nova estrutura física, rubricou um acordo que se mantém em vigor, sinalizado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

por políticos do Estado central, nomeadamente o senhor ministro Correia de Campos, com delegação de poderes na ARS Norte, e pelo então executivo municipal do PSD. Esse acordo está em vigor, esse acordo tem que ser cumprido. Há acordos neste país, a propósito do que o senhor deputado Manuel Mota falou, da judicialização da política, também sou contra, como é evidente, cada campo tem o seu campo, o poder executivo e legislativo é um, o poder judicial é outro. Mas há uma coisa que tem que se fazer, é que os acordos que são assinados são para serem cumpridos e as pessoas têm que ficar vinculadas, o Estado tem que cumprir as suas obrigações para com os cidadãos, tal como os cidadãos têm que cumprir para com o Estado.-----

-----E, portanto, eu quero dizer, em jeito de voto final, que o PSD será um interveniente ativo em todas estas matérias, visto que é um partido de grande responsabilidade, tem estado sempre na linha da frente para a construção do novo hospital e na linha da frente contra os maus e nefastos efeitos nocivos que o Estado central, nomeadamente nos Governos do Partido Socialista, tem produzido nesta matéria.-----

-----Como nota final, senhor presidente, se me permite, muito rápida, queria dizer que fiquei um bocadinho dececionado com algumas intervenções, ainda falta a do BTF, naturalmente, creio eu, que ninguém tocou no problema dos caulinos. Um problema que tantos pruridos causavam aos políticos de Barcelos, hoje, tirando o PSD, ninguém falou sobre os caulinos.-----

-----Boa noite.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Para terminar este período, pelo BTF, a senhora deputada Sara Magalhães. Faz favor, senhora deputada.-----

DEPUTADA DO BTF – Sara Magalhães – Muito boa noite.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Cumprimento toda a Mesa na pessoa do Senhor Presidente, cumprimento todo o executivo na pessoa do Senhor Presidente, Cumprimento todos os Membros desta Assembleia, Excelentíssimo Público e Caríssima Comunicação Social.-----

-----O Movimento Independente Barcelos, Terra de Futuro votou favoravelmente a moção apresentada pelo grupo parlamentar do CDS porque, tratando-se de uma recomendação e não vinculando o órgão executivo, permite um importante debate público sobre o respetivo contrato para, dessa forma, delinear medidas concretas e eficientes para um futuro próximo.-----

-----Votou favoravelmente a moção apresentada pelo grupo parlamentar do Partido Socialista considerando que, e mais uma vez o demonstra, a urgência e a elevada necessidade na execução inadiável do tão aguardado novo hospital.-----

-----Não é uma novidade a posição tomada por esta Assembleia e, felizmente, todas as forças políticas se mostram empenhadas em lutar afincadamente na qualidade dos serviços hospitalares para e de todos nós.-----

-----Mas será importante ter consciência que a luta não é nova e que ao longo do tempo foram tomadas medidas no mesmo sentido que hoje também nos encontramos.-----

-----O BTF quer relembrar esta Assembleia que os barcelenses têm total legitimidade para não só querer mas exigir a construção do nosso hospital.-----

-----O Estado, representando todos nós e executante das nossas necessidades, assumiu em dois mil e sete um compromisso com Barcelos, aquando da assinatura do presidente da Câmara do Município de Barcelos, à data, com a ARS Norte (Administração Regional de Saúde do Norte), em vinte e três de julho de dois mil e sete, onde consta deste diploma na sua alínea f) a seguinte afirmação que passo a citar: *“A construção desta nova instituição hospitalar será objeto de candidatura ao QREN que, em caso de viabilização, a*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

sua construção é previsível até dois mil e doze”.-----

-----Volto a frisar que Barcelos tem legitimidade total não só para querer mas para exigir que a construção do novo hospital de Barcelos se inclua no orçamento do Estado de dois mil e dezanove. Lembra, ainda, o BTF, que pode ainda ser enquadrado no programa vinte vinte (substituto do QREN), mas é necessário boa vontade e empenho!-----

-----Contudo, é fundamental a colaboração de todos! São públicas as intenções de Rui Moreira, presidente da Câmara do Porto, na transferência do INFARMED de Lisboa para o Porto, com valores elevadíssimos, sem, ao que parece existir, nenhum vínculo (ao contrário de Barcelos) e menciono-o apenas para que o executivo deste município, aliado à mesma ligação partidária do atual Governo, permita que Barcelos não seja esquecido, ou seja, que Barcelos não seja ultrapassado.-----

-----Apesar de toda a essencialidade deste penoso tema, o BTF quer lembrar esta Assembleia que ainda neste mandato foi deliberada, elaborada, aprovada e legitimada uma comissão de acompanhamento para exigir o novo hospital e deixar nota que a moção que agora aprovámos pode colidir com decisões que esta mesma comissão possa desenvolver.-----

-----Hoje, como era ontem, foi e é fundamental agilizar e viabilizar todos os esforços.-----

-----O novo hospital é urgente e indispensável.-----

-----Para terminar, e senhor deputado Manuel Mota, o BTF sempre se pautou por identificar factos e dados objetivos, mostrando documentos e datas. O que queremos são respostas! Insinuações são diferentes de afirmações e de pedidos de informação.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigada, senhora deputada.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Terminou o período de antes da ordem do dia, iríamos passar agora para o período de intervenção do público.-----

-----De acordo com os serviços da Assembleia, temos duas inscrições pela ordem que chegaram aqui à Assembleia.-----

-----Temos em primeiro lugar um pedido de intervenção do senhor Miguel Ângelo Costa, solicitador, penso que está presente. Faz favor, tem a palavra.-----

PÚBLICO – Miguel Ângelo Costa – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores Municipais, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Caros Concidadãos.-----

-----Barcelos tem vindo a perder, desde há bastantes anos, o seu património documental, quer seja privado ou público, pouco ou nada se fazendo para a sua retenção aqui no concelho, umas vezes obedecendo a leis draconianas de centralização, com a justificação de não haver espaços e dinheiro para manter os seus arquivos, outras vezes por inércia.-----

-----A primeira Lei dos Arquivos Distritais foi promulgada por Decreto número dezanove mil, novecentos e cinquenta e dois, de vinte e sete de junho de mil, novecentos e trinta e um, no Governo chefiado por Domingos de Oliveira, sendo Salazar seu ministro das Finanças. E tal legislação, inovadora para a época era necessária, dado que a proliferação de pequenos arquivos de documentos por diversas entidades e as poucas condições dos municípios em os conservar, levava à perda irreparável de documentação importante, quer por desvio de documentos para o estrangeiro, quer por negligências no seu tratamento arquivístico e conservação.-----

-----Este decreto obrigava a que toda a documentação oficial, arquivos paroquiais, cartórios, de Câmaras Municipais, etc., etc., fossem concentradas nos arquivos distritais, então criados, legislando também sobre os arquivos já



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

existentes como a Biblioteca da Ajuda, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa.-----

-----No entanto, este decreto teve uma particularidade: ao mesmo tempo que obrigava todas as Câmaras Municipais a cederem, obrigatoriamente, o seu espólio documental ao arquivo distrital, criava o Arquivo Municipal de Guimarães, concentrando no mesmo, toda a documentação oficial supra referida, e pertencente ao concelho de Guimarães. Mais tarde, a este arquivo municipal, foi dado o nome ainda em vigor de Arquivo Municipal Alfredo Pimenta.-----

-----Alfredo Pimenta, natural de Guimarães, amigo pessoal de Salazar, desde os tempos de Coimbra, investigador histórico e poeta, e mais tarde diretor do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, foi o pai deste decreto e, como não podia deixar de ser, lá conseguiu que a documentação não saísse de Guimarães para o Arquivo Distrital de Braga, levando, até aos nossos dias, tal desiderato.-----

-----Numa figura orwelliana da “Quinta dos Animais”, todos somos iguais, mas há uns mais iguais do que outros. E sempre que converso com algum especialista na matéria da possibilidade de Barcelos ter o seu Arquivo Municipal (Barcelos já tem Arquivo Municipal, mas arquivo municipal idêntico ao de Guimarães), dizem-me que há uma lei que obriga a enviar, toda a documentação, para o Arquivo Distrital. E eu, pergunto sempre, e Guimarães porque não envia para Braga? E lá vem a resposta, porque o seu mentor Alfredo Pimenta era diretor da Torre do Tombo-----

-----Este decreto vigorou até mil, novecentos e oitenta e três. Neste ano é promulgado o Decreto-Lei cento e quarenta e nove/oitenta e três, de cinco de abril, ainda em vigor, ao tempo do oitavo Governo Constitucional, chefiado pelo doutor Pinto Balsemão, sendo ministro da Cultura da altura o doutor Lucas Pires.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Havendo, à época, a urgência de regularizar e atualizar o decreto de mil, novecentos e trinta e um, dado que muita documentação com o período pós-vinte e cinco de abril se encontrava ainda dispersa e em perigo de se perder para sempre, o então novel decreto, no seu preâmbulo afirmava “*que serviços houve que nunca chegaram a funcionar, como os Arquivos de Bragança, Beja, Viana do Castelo, Castelo Branco, etc., etc., por falta de estruturas locais de apoio*”. E acrescentava: “*Mas o problema da salvaguarda da documentação em arquivos públicos não se põe apenas nos distritos que não têm arquivo, pois, sendo fundos sempre crescentes por regularmente alimentados, estão atualmente esgotados, ou em vias de se esgotarem, os espaços livres para incorporações*”.

-----É interessante fazer algumas referências sobre a obrigatoriedade dos Arquivos Distritais, postada neste decreto-lei, como:-----

-----“*Tratar dos fundos documentais de acordo com regras uniformes de inventário, classificação e indexação;*-----

-----*Fornecer apoio técnico em matéria arquivística aos arquivos distritais que o solicitem;*-----

-----*Fornecer aos utilizadores certidões e cópias das suas espécies documentais;*-----

-----*Elaborar guias, inventários de fontes documentais com interesse regional e monografias histórico-arquivístico;*-----

-----*Organizar ficheiros bibliográficos das obras de interesse histórico-arquivístico referentes à região;*-----

-----*Promover, tanto quanto possível, o conhecimento público dos acervos documentais, quer dos arquivos próprios, quer dos existentes na região;*-----

-----*Organizar atividades culturais, como visitas guiadas, conferências e exposições regionais, do Ministério da Cultura e com órgãos do poder local;*-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----*Funcionar como serviço de informação documental da região*”-----

-----Ora, convenhamos que o Arquivo Distrital de Braga, até à data, pouco ou nada fez para cumprir o aqui estipulado por lei. E porquê?-----

-----Porque os tempos mudaram, como diz o Bob Dylan, tudo agora se passa ao contrário.-----

-----Ora, todos os Arquivos Municipais, principalmente o que nos diz respeito, o de Braga, encontra-se atolado de documentação por tratar, numerar, arquivar e restaurar, onde há risco de se perder. Para terem uma ideia, o Arquivo Municipal de Braga tem neste momento cinco quilómetros, repito, cinco quilómetros de prateleiras somente com documentação. Os inventários judiciais de Barcelos, enviados em dois mil e seis para Braga e que se reportam aos anos de mil, oitocentos e quarenta e um até mil, novecentos e setenta, encontram-se por tratar e documentar, ainda em caixotes e os seus apensos totalmente dispersos. Está ali a história de famílias barcelenses, com jornais locais raríssimos incorporados, testamentos, etc., etc., desde o limiar do liberalismo até aos nossos dias, que se podem perder para sempre, dado que o Arquivo Distrital não possui pessoal especializado, nem nunca terá, em número suficiente para tratar desta documentação.-----

-----Para não falar do Arquivo Notarial. O Código do Notariado obriga os Notários a enviarem, de vinte em vinte anos, todos os livros do Cartório. Estão em Braga os livros de escrituras até mil, novecentos e setenta e cinco. Qualquer interessado que necessite de uma fotocópia de escritura para legalização das suas propriedades tem de se deslocar a Braga no mínimo duas vezes, porque, a exemplo de qualquer Cartório ou Registo Predial, não lhe dão a certidão na hora, mas no dia seguinte. Um trabalhador por conta de outrem barcelense, para além dos gastos de viagem, terá de perder dois dias do seu trabalho, quando o mesmo trabalhador de Braga tem tudo ali ao seu dispor sem gastar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

dinheiro em meios de transporte nem perder dias de trabalho. Com um arquivo destes, Barcelos perde o seu património, perde economicamente as empresas e as famílias.-----

-----Felizmente, as Câmaras Municipais e dada a sua evolução com o reforço do poder local e autonomias financeiras podem e devem assumir o seu património, dado que as razões da concentração dos seus espólios nos distritos atualmente não existem, pelo contrário, são prejudiciais.-----

-----Portanto, faço aqui um apelo à Câmara Municipal de Barcelos para:-----

-----Um – Estancar a deslocalização da documentação para fora do concelho, entrando em contacto com o Ministério da Cultura, Ministério da Justiça (Direção-Geral da Administração da Justiça) e outros organismos estatais, argumentando que tem condições materiais e humanas para reter essa documentação, em contraste com as dificuldades do Arquivo Distrital em receber mais documentos;-----

-----Dois – Solicitar a alteração ou até revogação do Decreto-Lei cento e quarenta e nove/oitenta e três referido, dado que a sua missão, nesta data, encontra-se totalmente ultrapassada e o paradigma ser totalmente o seu contrário, isto é, aliviar os Arquivos Distritais e as Câmaras Municipais assumirem-se como guardiãs do seu património, porque apresentam melhores condições;-----

-----Três – Facultar, de imediato, espaço para a receção desta documentação, dando origem a um Arquivo Municipal, onde todos os barcelenses terão acesso;-----

-----Quatro – Contratar jovens com a especialização em história, restauração de documentos, arquivo e informática;-----

-----Cinco – Prometer, dentro de um prazo razoável, digitalizar todo o espólio documental e promovê-lo em rede;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Concentrar no futuro Arquivo Municipal os fundos existentes no Arquivo Distrital, como:-----

-----Fundo Municipal;-----

-----Fundo Paroquial (os registos paroquiais pertencentes a todas as freguesias do concelho);-----

-----Fundo proveniente dos Cartórios Notariais;-----

-----Fundo proveniente do Tribunal Judicial de Barcelos;-----

-----Fundos de Coleções Particulares doadas ou compradas;-----

-----Os processos dos Julgados de Paz de mil, oitocentos e trinta e quatro e mil, oitocentos e cinquenta e oito;-----

-----Encetar conversações com a Direção-Geral dos Registos e Notariado para que os Livros de Registo, existentes nas Conservatórias do Registo Predial e Registo Civil de Barcelos, sejam entregues ao Arquivo Municipal quando deixarem de ser utilizados e desativados que, tenho conhecimento, serão muito em breve;-----

-----Requerer à Direção-Geral de Finanças para que as extintas matrizes, antigos processos de imposto sucessório e sisas, sejam entregues ao Arquivo Municipal, antes de serem destruídos;-----

-----Através de um protocolo com a Casa de Bragança obter, via digitalização, o arquivo existente no Paço Ducal em Vila Viçosa e relacionado com o antigo Termo de Barcelos que, como toda a gente sabe, é grandioso;-----

-----Também contactar com o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Distrital do Porto e Arquivo Municipal do Porto, para que se proceda à digitalização de toda a documentação referente a Barcelos.-----

-----Sei que é uma tarefa árdua que temos pela frente, mas, meus senhores, o meu dever cívico e como barcelense obriga-me vir aqui falar deste assunto, não por alívio de consciência, mas porque podemos estar a perder para sempre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

aquilo que nos pertence e para que os vindouros não nos julguem por nada fazer.-----

-----Tenho dito.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado e obviamente todos agradecemos o seu contributo.-----

-----Eu ia perguntar ao senhor presidente da Câmara se quer responder já ou se responderia após as duas intervenções. No final. Muito bem.-----

-----Então passaria à segunda intervenção, temos uma inscrição da senhora Soraia Daniela Gonçalves Novais. Faz favor.-----

PÚBLICO – Soraia Novais – Excelentíssimo Presidente da Assembleia, Excelentíssimo Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Público, Jornalistas, uma boa noite.-----

-----Venho por este meio colocar duas questões ao Excelentíssimo Presidente da Câmara:-----

-----Uma delas é: quanto tempo, em média, demora a responder à correspondência a si dirigida pelos munícipes?-----

-----A segunda é se me poderia explicar o que é que consiste o protocolo dos duzentos por cento referente aos centros escolares, uma vez que, pedindo informações ao presidente da Junta de Freguesia, respondeu-me que não tem disponibilidade para o assunto, daí há uma IPSS que poderia responder-me a qualquer coisa. O presidente da associação de pais continua-me a afirmar que espera uma reunião com a Excelentíssima Vereadora que detém a tutela do pelouro, a doutora Armandina Saleiro, e pelo presidente da Junta para ter acesso aos protocolos existentes quer pela Câmara, quer pela Junta, quer pela tal instituição designada por IPSS Casa do Povo de Viatodos.-----

-----Isto tudo porquê, senhor presidente?-----

-----A minha filha, o meu educando Eduarda Gonçalves Costa, foi, em final de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

janeiro, deixada à porta de casa, por duas vezes, por falta de transporte escolar, que a mim foi-me referido que era gratuito. Isto tudo porque entendem que eu tenho que pagar uma quantia de seis euros a essa devida instituição, porque não há funcionários na escola e essa instituição é que tem que pôr uma funcionária para a qual eu tenho que pagar. E a minha filha chega lá às nove menos dezassete minutos uma vez.-----

-----Eu só queria saber como é que isto fica quando Minhotães não tem escola, foi encerrada, dizem que o transporte é público e gratuito, mas afinal eu tenho que pagar e porque não paguei o mês de outubro e novembro, porque encaro que não devo pagar, digo eu, por aquilo que me informaram de um protocolo existente e de uma *gaffe* que a Câmara dá apoio... Eu gostaria de saber de si uma vez que não tenho quem me responda a estas perguntas.-----

-----Sem mais de momento, obrigada pela atenção.-----

-----Uma boa noite.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, pela sua intervenção.-----

-----Iria dar a palavra ao senhor presidente da Câmara para resposta.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Senhor Presidente, Senhora e Senhor Secretários, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e de União de Freguesia, Caras e Caros Cidadãos, permitam-me também que envie um cumprimento muito especial a quem nos acompanha via *web* em casa.-----

-----Respondendo ao cidadão Miguel Ângelo Costa, eu penso que ele tem a noção, aliás, da forma que explanou isto e a preocupação que demonstrou, e bem, porque o património cultural, a nossa história deve ser preservada, também percebe, até por alguma coisa que disse, a dificuldade que isto também representa. Eu ia-lhe fazer um desafio, e não nos iludamos porque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

falou aqui em contratar jovens, sabe, penso eu, que a lei não permite fazer essa contratação dessa forma, mas há uma preocupação que eu comungo, e então ia fazer um desafio a este cidadão, que me enviasse porque eu não consigo, das várias questões que levantou aqui, responder-lhe agora. Consigo é, enquanto cidadão, enquanto autarca, ser solidário com a mesma preocupação e uma coisa lhe posso assegurar: aquilo que estiver ao alcance da Câmara vamos dar passos no sentido de fazer alguma coisa sobre este património que, concordo, é rico e que devemos preservar. Portanto, fazia-lhe o desafio de me enviar esse documento para eu ter acesso àquilo que é a sua estruturação e que naturalmente, apresentada da forma como apresentou, está dentro desta matéria e será uma ajuda considerável.-----

-----Relativamente à cidadã Soraia Daniela Novais, minha cara senhora, eu vou-lhe dizer que a minha resposta média é relativamente rápida. Agora, eu vou-lhe explicar um pouquinho, para tentar perceber como é que funciona a orgânica.-----

-----A mim compete-me, quando os assuntos vêm à minha mão, distribuí-los. Primeiro, aquilo que diz respeito aos pelouros, cada um dos vereadores recebe correspondência que vai entrando aqui no município, se depois têm exigências financeiras então passa para um patamar diferente porque o orçamento e o departamento financeiro é gerido por mim, mas normalmente aquilo que diz matéria de cada um dos pelouros eu encaminho para os pelouros que depois, o vereador, ou o adjunto, o ou secretário, encaminha para os chefes de divisão, diretores de serviços ou trabalhadores que trabalham nessas áreas. Portanto, a burocracia é terrível, eu também compreendo isso, mas da nossa parte, e da minha em especial, e como deve imaginar, eu vou confessar aqui uma coisa que nunca disse, eu devo produzir cerca de mil despachos por semana e, portanto, não é por mim, eu produzo o trabalho que tenho que produzir, naturalmente,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

mas depois há uma burocracia apensa. Portanto, eu não lhe consigo dizer entre aquilo que é uma reclamação do género que está a apresentar, porque se for uma reclamação o livro de reclamações tem regras um bocadinho diferentes, mas entre aquilo que é a apresentação de um problema de um cidadão até fazer o circuito necessário para recolher informação e saber o que é que se passa, até chegar ao cidadão, eu não lhe consigo dizer, agora, qual é o prazo que demora. Naturalmente que o desejável é que seja o prazo o mais curto possível.-----

-----Explicar-lhe o protocolo dos duzentos por cento eu posso explicar-lhe e até lhe posso remeter uma minuta do protocolo onde estão definidas aquilo que são as competências que estão articuladas com a Câmara e as Juntas de Freguesia, onde está também as regras do setor da educação naquilo que é o contributo ou aquilo que é a responsabilidade da própria Junta na gestão do setor da educação. E não é toda naturalmente porque isto também depende da dimensão do custo daquilo que é a atividade e em função da dimensão financeira do custo a Câmara depois apoia mais, apoia menos fora do protocolo, dentro daquilo que são as necessidades.-----

-----A informação que eu tenho em relação ao seu caso objetivo, pelo que percebi, a senhora recusa-se a pagar seis euros de um transporte que lhe chamam “complemento de transporte”, é assim que é chamado. Eu só estou a transmitir a informação que tenho e para mim é difícil dar-lhe agora uma resposta muito objetiva. Mas aquilo que me dizem aqui é que há aqui um diferendo que a senhora levanta, e bem, não ponho em questão um direito que tem ou que entende que tem de ser levantado, mas tem a ver com um choque de horários entre aquilo que é o transporte normal que a escola faz e aquilo que é a sua necessidade pessoal. A informação que eu tenho do pelouro é que quem trabalha com isto é a associação de pais, em sintonia com a União de Freguesias



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

e penso que com a Casa do Povo. Portanto, há aqui uma gestão tripartida entre as três instituições. Continuo a dizer-lhe, estou a dar-lhe a informação que me deram a mim, correndo o risco de eventualmente não ser assim tão rigorosa quanto isso, mas de cerca de duzentos pais que lá tem é só este o caso que existe. E, portanto, neste momento não lhe consigo dar uma outra resposta, compreendo a sua reivindicação, a sua necessidade e a sua dificuldade, nem vou pôr aqui em questão naturalmente a questão financeira, mas eu recomendava continuar a fazer esse esforço juntamente quer do senhor presidente da União, quer do senhor presidente da Casa do Povo, quer da própria associação de pais, que naturalmente através da articulação do pelouro da educação tentar arranjar aqui alguma solução que seja possível.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Terminado este ponto, passaríamos então agora, na execução da proposta inicial aprovada, à eleição do senhor presidente da Junta de Freguesia para a Comissão Municipal de Proteção Civil.-----

-----Temos duas listas apresentadas, a doutora Ana Maria iria fazer a introdução, eu peço a vossa atenção.-----

PRIMEIRA SECRETÁRIA – Para a eleição do representante dos presidentes de Junta de Freguesia à Comissão Municipal de Proteção Civil do Concelho de Barcelos deram entrada nos serviços da Assembleia Municipal duas propostas apresentadas pelos grupos municipais do Partido Socialista e do Partido Social Democrata.-----

-----Tendo em atenção a ordem de entrada das mesmas, ficou definido que:--

-----A Lista A é proposta pelo Partido Socialista e o candidato é o senhor José Rui da Costa Alves Peixoto, presidente da Junta de Freguesia de Barcelinhos;-----

-----A Lista B é proposta pelo Partido Social Democrata e a candidata é a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

senhora Paula Cristina Leiras Belchior, presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alvito (São Pedro e São Martinho) e Couto.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado.-----

-----Os serviços de apoio da Assembleia Municipal já estão preparados para iniciar o ato eleitoral, eu pedia aos proponentes se quiserem designar alguém para fiscalizar o ato que pode dirigir-se para o local onde se situa a urna.-----

-----Portanto, os serviços podem começar a fazer a chamada.-----

-----*(Chamada nominal)*-----

-----Senhores deputados, terminou a votação, eu ia agradecer que todos tomassem os seus lugares e ia pedir aos serviços de apoio da Assembleia para retirarem a urna para fazer a contagem e às duas listas concorrentes, caso assim o pretendam, fazer acompanhar alguém que fiscalize o ato da contagem dos votos.-----

-----Agradecia que se sentassem para prosseguirmos com a Assembleia Municipal!-----

-----Senhores deputados, vamos continuar então com a Assembleia Municipal, enquanto aguardamos pelos resultados da votação.-----

-----Passamos ao período da ordem do dia que tem como ponto um a aprovação da ata da sessão de vinte e sete de abril de dois mil e dezoito.-----

-----Como normalmente, eu iria fazer a proposta de ser dispensada a leitura da ata.-----

-----Quem vota contra esta proposta faz o favor de se levantar.-----

-----*(Ninguém)*-----

-----Quem se abstém?-----

-----*(Ninguém)*-----

-----Foi aprovado por unanimidade a dispensa da leitura da ata.-----

-----Passaríamos agora a votar a ata!-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Quem vota contra faz o favor de se levantar.-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

----- (Ninguém)-----

-----Esta ata foi assim aprovada por unanimidade.-----

-----Eu iria agora pedir à doutora Ana Maria para ler o ponto dois da ordem do dia.-----

PRIMEIRA SECRETÁRIA – Discussão e votação da Primeira Revisão ao Orçamento Municipal e Opções do Plano do ano de dois mil e dezoito.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Inscrições, por favor!-----

-----Daria a palavra ao senhor deputado Filipe Pinheiro, do CDS.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – Filipe Pinheiro – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Público, Senhores Jornalistas, muito boa noite.-----

-----Dois mil e dezassete, a este executivo sobraram treze milhões de euros do seu orçamento. Treze milhões de euros, cerca de vinte por cento do orçamento. Fantástico. Só poderemos dizer fantástico.-----

-----Estão aqui representados nesta Assembleia Municipal sessenta e dois executivos. Sessenta e dois, pensem nisto! Freguesias e o Município.-----

-----Poderemos pensar aqui num economista que muito gostávamos de ver na televisão, doutor Medina Carreira, ele falava muitas vezes da dona de casa, como é que se poderia gerir a gestão de uma casa. E nós, fantástico, agora aprendemos uma coisa: é que executivos também dão lucro. É que há uma coisa a pensar: uma Câmara Municipal é completamente diferente de uma empresa. A gestão de uma Câmara Municipal não se faz como numa empresa, tem que dar lucro no fim do ano. Mas parece que este executivo fez com que a Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

Municipal de Barcelos desse lucro ao fim do ano – treze milhões de euros. Só que se esquece de uma coisa, por isso mesmo é que eu falo nas Juntas de Freguesia: é que há definição de políticas, há definição de prioridades, há definição de boas políticas, há definição de políticas em que se gasta os euros e se retira o máximo de benefício desses euros gastos.-----

-----E o que nós fomos vendo ao longo destes anos é que este executivo além de se abster em resolver problemas que Barcelos tem, em que aumenta imenso os custos, ou melhor, a dívida para o município, que é o caso das águas, em que este executivo o que fez foi abster-se de governar, agora, mais uma vez vemos aqui outro exemplo de abstenção de governar Barcelos. Simplesmente sobra dinheiro, não se governou Barcelos, não se aplicou este dinheiro, não se implementou políticas para benefício deste município e benefício da população, e, pasme-se, vamos a meio de dois mil e dezoito e continua-se a não saber o que é que se vai fazer com estes trezes milhões de euros.-----

-----O que é que nós podemos pensar nisto?-----

-----É mais do mesmo. É não saber ou abster-se de governar este município. Só podemos dizer isto.-----

-----Mas poderemos dar aqui uma sugestão ao senhor presidente da Câmara e a este executivo: têm aqui sessenta e um executivos. E, pelo que eu saiba, eles definem boas políticas, eles gastam os seus orçamentos, eles poderão dar uma ajuda preciosa em implementar políticas que beneficiem este concelho e que não deixem este dinheiro parado e que se gaste para benefício dos cidadãos e do município.-----

-----Por isso, senhor presidente, se já que não consegue implementar medidas e políticas, de certeza absoluta que haverá aqui muita gente e muitos executivos que poderão apresentar boas políticas e gastarão este dinheiro.-----

-----Relativamente a este assunto, o CDS-PP vai-se abster.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Tenho dito.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Pela ordem de inscrições, tem agora a palavra o senhor deputado Adélio Miranda, do PSD.--

DEPUTADO DO PSD – Adélio Miranda – Senhor Presidente, Senhores Deputados.-----

-----Vou procurar ser breve dado o adiantado da hora, que amanhã é dia de trabalho para muitos dos que aqui estão.-----

-----Sobre a discussão e a votação da primeira revisão ao orçamento municipal, o PSD em sede de executivo, na votação no executivo, apresentou uma declaração de voto em que rotula esta revisão com três adjetivos que eu achei muito engraçados, chama-lhe anacrónica, opaca e desconcertante. Não vou comentar nessa base, vou apenas dizer o seguinte:-----

-----Na última sessão da Assembleia Municipal, a vinte e sete de abril, o deputado do Partido Socialista, penso que o Joaquim Barbosa, afirmou aqui nesta sala que estes doze vírgula nove milhões de euros eram para pagar à PPP a indemnização mais os juros. Penso que não estou enganado, estive a ler a ata, está lá vertido, e eu frisei na minha intervenção já nessa altura essa declaração e disse que iria estar atento em nome do meu partido ao encaminhar desses dinheiros em matéria de orçamento do executivo.-----

-----Nós não somos inflexíveis nem somos dogmáticos, somos pessoas inteligentes, achamos que os orçamentos têm que ter alguma flexibilidade, mas ficaria muito triste, e isso iria ser denunciado aos barcelenses, se visse a Câmara a contrair um empréstimo para pagar as asneiras que tem andado a fazer com a PPP e com o processo da água. As asneiras têm ficado muito caras, têm encarecido os custos do orçamento, já agora um dia gostava de saber quanto a Câmara tem gasto em assessoria jurídica, em litigância jurídica nestas matérias, mas não deve ser muito pouco ao custo que está a justiça.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Nesta matéria do orçamento, portanto, este dinheiro terá um destino predefinido.-----

-----De qualquer forma, abriria uma exceção. Não falei isto com ninguém, mas uma declaração que me parece inteligente e conciliadora abriria uma exceção que seria o sinalizar o pagamento do terreno para a construção do hospital. Seria a matéria em que eu desafiaria o senhor presidente a usar uma parte deste dinheiro.-----

-----Quanto ao resto, acho que a Câmara tem que mudar de agulha, como os comboios quando mudam de linha, portanto, precisa de mudar de linha, precisa de sair da linha da litigância, do adiamento, usa-se muito no nosso país isto. Se repararem, nas empresas mal geridas adia-se muito os pagamentos e quando se adia os pagamentos eles ficam mais caros: as dívidas crescem, o crédito diminui, a capacidade de manobra vai até a um ponto que esgana.-----

-----Portanto, desafiaria aqui a Câmara, numa manobra inteligente, a aperceber-se que Barcelos está em queda, isso é público, estamos em queda nas mais variadas dimensões no nosso distrito, em termos de relevância quer política, quer económica, quer social. Isso entristece-me, senhor presidente. Isso para mim não me faz ficar contente, fico triste. Gostaria imenso que fosse ao contrário, embora isso pudesse render uma maior votação no Partido Socialista, mas não interessa. Eu antes de ser do PSD, sou barcelense. Portanto, eu queria que Barcelos se afirmasse pela positiva.-----

-----E, portanto, faço-lhe aqui um desafio, uma vez que se trata do seu último mandato como presidente da Câmara: que mude de agulha e que deixe um rasto de um trabalho na Câmara diferente, é evidente que não sendo tudo negativo, que não é, também há coisas positivas, e felicito-o por essas coisas positivas, acho que devia mudar de agulha e trabalhar mais para o progresso, focar-se nos assuntos essenciais que bem preciso é, senão estas matérias dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

tribunais, estas matérias jurídicas ocupam muito as pessoas, eu sei que isto desgasta imenso, é reuniões atrás de reuniões e ninguém é magnânimo nem ninguém é omnipresente, ninguém consegue estar em dois sítios ao mesmo tempo, ninguém tem o dom da ubiquidade a não ser Deus, segundo a teologia.--

-----Portanto, estaremos atentos à revisão deste orçamento, estaremos atentos ao destino destes dinheiros e denunciaremos se não forem utilizados de forma correta e da forma que o Partido Socialista prometeu publicamente aqui nesta Assembleia.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra o senhor deputado José Maria Cardoso, do Bloco de Esquerda.-----

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Muito boa noite, mais uma vez.-----

-----Senhor Presidente, Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caras e Caros Colegas, Público em geral e quem ainda ouve e vê via *web*.-----

-----Sobre este ponto uma pequena observação que importa quanto a nós Bloco de Esquerda fazer.-----

-----É evidente que o ponto, mais reunião, menos reunião, teria que vir aqui por força da circunstância de ser o saldo da gerência de dois mil e dezassete e apresentar este resultado positivo. Portanto, não é por isso, podia ter vindo mais cedo, as contas consolidadas de dois mil e dezassete após isso ou não, mas não vou tecer comentários sobre isto.-----

-----A grande questão que se coloca é em que é que vai ser empregue este dinheiro. E é isto que nos falta saber. É que a proposta remete para a inclusão numa rubrica que são as “outras despesas de capital”. Ora, isto é um chapéu de abas largas, pode fazer sombra a muitos objetivos circunstanciais, pode dar para muita coisa. E esta verba não é despiciente. Perante tantas necessidades



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

prementes, como ainda há pouco aqui elencámos, faz-nos muita impressão que não haja um fim específico para este dinheiro. Esta falta de clarividência nas pretensões daquilo que são o exercício do mandato deixa um espaço de manobra que depois pode ser aproveitado para a circunstância do momento. Isto é que nós achamos e consideramos muito incorreto.-----

-----É que se a verba existe ela é muito por falta de investimento. Portanto, há saldo positivo porque houve falta de investimento. E não é de aceitar esta lógica que se irá manter essa falta de investimento quase perpetuando este saldo positivo, numa espécie de reserva do tesouro para acudir a aflições financeiras momentâneas, se calhar, digo eu, até para, por exemplo, acudir à falência técnica da EMEC, coisas do género, que já agora repare-se para o que serve no documento referente às contas consolidadas, não serve já praticamente para nada.-----

-----E há uma proposta que nós temos vindo a apresentar: faça-se aqui uma escola de artes e ofícios tradicionais, em conformidade com aquilo que é hoje Barcelos Cidade Criativa e correspondendo a esse fator. Isto é uma aparte, mas tem a ver com esta perspetiva que é necessário ter, o considerar uma visão estratégica, o que é que nós entendemos que Barcelos deve ser, responder muito às apostas estruturais do desenvolvimento para o concelho, aquilo que nós achamos e Câmara, enquanto exercício do mandato, considera ser a base estrutural do desenvolvimento para o país, apostando muito nos recursos, nas características endógenas, naquilo que é característica e que marca a identidade de Barcelos. É isto que falta e esta proposta assenta um pouco nisto, que é sem dúvida alguma ficar aqui um bocadinho opaco, obscuro, aquilo a que se pode destinar um dinheiro tão importante quanto este.-----

-----Nesta conceção e por isto, nós vamo-nos abster por considerar, por um lado, a obrigatoriedade da inclusão no atual orçamento, isso é uma questão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

eminente e que para nós somos sensíveis e naturalmente nesse aspeto somos favoráveis, mas não podemos ser favoráveis a fazer a inclusão num orçamento quando não sabemos a que é que se destina este dinheiro. E por isso esta nossa intenção de abstenção, não é a que mais gostamos, mas é a possível ao momento.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra, pelo Partido Socialista, o senhor deputado Nelson Brito.-----

DEPUTADO DO PS – Nelson Brito – Muito boa noite.-----

-----Senhor Presidente da Assembleia, Senhora e Senhor Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----Muito rapidamente só fazer aqui duas ou três breves notas. Naturalmente que esta aplicação ou a cabimentação ou a inclusão destes treze milhões de euros decorre da lei, está aqui explicado, também não vale a pena estar aqui a dizer o que é óbvio, está escrito, tinha que ser feito, e está feito.-----

-----Relativamente ao destino a dar e aquilo que os barcelenses podem ter a certeza absoluta, como em todo o dinheiro que é aplicado pela Câmara Municipal, isso será obviamente sempre absolutamente transparente e conhecido dos barcelenses. E, portanto, será sempre escrutinável, toda a gente saberá quando o dinheiro for gasto em que é que ele vai ser gasto, como todo o resto do dinheiro que é gasto, aliás, diga-se de passagem.-----

-----Neste momento é verdade que há aqui uma reserva acima daquilo que é habitual, é verdade que sim, é indiscutível, está aqui, não costumava ser assim, costumava ser ao contrário, percebo que o PSD e o CDS tenham aqui alguma dificuldade em lidar com isto, porque não era esse o seu hábito em termos de gestão das finanças municipais. Mas também sabemos que há aqui uma contingência que temos que a enfrentar relativamente à parceria público-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

privada que geraria um buraco, não vale a pena estar também sempre a dizer o mesmo, um buraco monumental muitíssimo superior, dez vezes, vinte vezes superior a esses treze milhões de euros que aqui estão, mas que o executivo do Partido Socialista conseguiu encolher o mais possível, o mais que pôde esse buraco, apesar de o PSD, pela sua vontade, se calhar não era isso que tinha acontecido, mas foi encolhendo o mais que pôde e evidentemente que, quando se recorre aos tribunais, depois tem que se seguir as regras dos tribunais por mais que nos custe e custa muito ter que esperar, esperar, esperar. Todos nós queremos este problema resolvido o mais rápido possível e esperemos que a situação fique efetivamente ultrapassada, porque já estamos todos cansados da má memória que o PSD nos deixou, com o apoio do CDS, em relação a isto.-----

-----Só uma precisão em relação ao deputado Filipe Pinheiro, que a Câmara não deu treze milhões de euros de lucro em dois mil e dezassete, não é? Isto são saldos que vêm transitando e, portanto, recomendava-lhe que fosse mais cuidadoso na leitura dos documentos ou na sua interpretação.-----

-----Portanto, era isto o que eu queria dizer, a Câmara não está condicionada no investimento por ter esta poupança, e sublinho, poupança. O senhor deputado Adélio Miranda veio aqui falar em esganar financeiramente, a Câmara tem o dinheiro, está lá o dinheiro, a Câmara não está limitada na capacidade de investir, não está impedida de realizar investimento, e está a realizar investimento, eu sei que isto pode-vos custar um bocado, mas esta é a realidade. Portanto, é possível investir com cuidado com as contas públicas.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Segundo período de inscrições de três minutos!-----

-----Algum dos senhores deputados se quer inscrever?-----

-----Senhor deputado Filipe Pinheiro, faz favor.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

DEPUTADO DO CDS-PP – Filipe Pinheiro – Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Caro Público, Senhoras e Senhores Jornalistas.-----

-----Eu vou ser muito rápido pelo adiantado da hora, mas, já que falou aí em algumas coisas, eu acho que deverá ser feita uma correção, é muito simples.-----

-----Relativamente à questão dos executivos CDS, não sei a que município é que se deve referir.-----

-----Relativamente à questão de lucros, ó senhor deputado, se quer que lhe diga, lucros entre aspas talvez o senhor perceba o que é que são lucros.-----

-----Mas o que interessa aqui é as políticas, senhor deputado. O que interessa é que estes treze milhões de euros que estamos aqui a falar são oportunidades perdidas. Muitas delas que foram aqui apontadas, podemos falar das vias, podemos falar de encerramento da circular, podemos falar de muitas coisas que podiam ser concretizadas que dinamizariam a economia local, fariam com que os barcelenses teriam menores dívidas. Isto são oportunidades perdidas, isto é abster-se de governar este concelho.-----

-----Tenho dito.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Como acabaram as inscrições, ia perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se pretende usar da palavra.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Só apenas aqui dois ou três comentários, até porque esta matéria foi discutida logo no início do ano quando foram as opções do plano e orçamento.--

-----Senhor deputado Adélio Miranda, o senhor usou aqui uma expressão muito interessante, que este dinheiro serve para pagar as asneiras das águas e das PPP's. Perfeito, subscrevo, porque ele tem esse destino mesmo. E o estar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

aqui inscrito do ponto de vista contabilístico como “outras despesas de capital” tem a ver com um problema que o departamento financeiro me levante, dizendo que se eu destinasse agora neste saldo de gerência a PPP ou outra coisa qualquer, se eventualmente por alguma razão não fosse aplicado nessa perspectiva, eu teria que vir outra vez a alterar tudo aqui. E, portanto, há aqui uma margem do ponto de vista legal, rigorosamente legal, que permite que o dinheiro possa ter este ou aquele destino.-----

-----Porque eu quero-vos dizer uma coisa, nós esquecemo-nos sempre que temos uma sentença das águas, que temos uma sentença da PPP que ainda não está fechada porque há um litígio do ponto de vista da formalidade legal, porque os privados entendem que a taxa de juro é a comercial, os nossos advogados entendem que não, que é a cível, e, portanto, está o tribunal neste momento com o processo na mão para decidir qual é a taxa. Não foi por falta de tentativa de negociar, de acordar, tudo isso foi feito. Os privados não abdicam daquilo que entendem que é o seu direito. Eu tenho que respeitar isso. A sentença já foi decidida pelo Tribunal Arbitral, eu recordo que a PPP já está definida, a única coisa que está aqui em questão é de facto a questão da taxa. E, portanto, à cautela, e quero recordar que, se a memória não me falha, em dois mil e catorze penhoraram as nossas contas e como temos compromissos para pagar, naturalmente que este dinheiro tinha um destino inicialmente, o atraso da justiça nesta decisão levou à paragem do dinheiro, porque por mais que se venha dizer que precisávamos de investir em rede viária, até este desafio que estão aqui sessenta e dois executivos, perfeitamente, eu seria o autarca mais feliz se este dinheiro pudesse ser destinado a outro tipo de coisas que não este. Agora há uma coisa que nós sabemos, a PPP vai ter que se pagar, as águas vai ter que se pagar, e, portanto, se este dinheiro fosse destinado de uma outra forma teríamos que ir para um empréstimo bancário para resolver o problema.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

Portanto, aquilo que foi a recomendação técnica do departamento financeiro foi que isto permitiria mais flexibilidade. Agora uma coisa garantidamente: destina-se ou a cumprir estes compromissos assumidos por força de sentenças, ou para investimento naturalmente no município, isso é garantido. Estamos aqui a cumprir uma formalidade que é de facto a aprovação da primeira revisão ao orçamento da transferência do saldo de gerência de dois mil e dezassete.-----

-----Senhor deputado José Maria Cardoso, eu sei que o senhor às vezes não faz isto, como é que eu lhe hei-de dizer, com o intuito de ofender, mas já não é a primeira vez que lhe peço para ter algum cuidado nas palavras que usa, porque isto de opaco e obscuro não tem nada. Portanto, pedia-lhe, eu compreendo aquilo que é a sua crítica, a política é mesmo isso, mas pedia-lhe algum cuidado porque acho que nenhum de nós merece que se levantem qualquer tipo de suspeições, porque é por suspeições e falsas verdades e falsas notícias e coisas inventadas que o estado da política está como está e que os cidadãos muitas vezes cada vez gostam menos dos políticos, somos nós muitas vezes que provocamos este tipo de animosidade e esta forma que os cidadãos não nos vêem como gente séria, quando nós somos todos gentes dignas, honradas, sérias e desenvolvemos a política o melhor que sabemos e podemos.-

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Passaríamos então à votação desta proposta!-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

-----*(Ninguém)*-----

-----Os senhores deputados que se abstêm fazem o favor de se levantar.-----

-----*(Trinta e cinco: dezanove do PSD, dez do BTF, três do CDS-PP, dois do BE, um do PCP)*-----

-----Esta proposta foi assim aprovada por maioria com zero votos contra e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

trinta e cinco abstenções.-----

-----Antes de passarmos ao ponto três, eu iria transmitir o resultado da votação da eleição do representante dos Senhores Presidentes de Junta relativamente à Comissão Municipal da Proteção Civil.-----

-----De acordo com os serviços da Assembleia:-----

-----Votaram cento e oito deputados;-----

-----Dois votos nulos;-----

-----Doze votos brancos;-----

-----Lista A – cinquenta e sete votos;-----

-----Lista B – Trinta e sete votos.-----

-----Foi assim eleito o senhor presidente da Junta de Freguesia de Barcelinhos, José Rui da Costa Alves Peixoto, aquém obviamente todos desejamos um bom mandato.-----

-----Passamos então ao ponto três da ordem do dia.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – Discussão e votação dos documentos relativos às Contas Consolidadas do Grupo Municipal, do exercício económico de dois mil e dezassete.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Inscrições, senhores deputados!-----

-----Faz favor, senhor deputado Alexandrino Ribeiro.-----

DEPUTADO DO PSD – Alexandrino Ribeiro – Renovo os cumprimentos ao Senhor Presidente da Assembleia, aos Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Colegas Deputados, Senhores Presidentes de Junta e de União de Freguesia e ao Público.-----

-----Genericamente, a consolidação de contas visa apresentar a situação económica e financeira, do grupo municipal, visto como um todo, eliminando os efeitos das transações intragrupo, os saldos recíprocos e as margens de lucro não realizadas entre as várias entidades que o integram. Deste modo, na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

consolidação de contas do grupo municipal, relativa ao exercício económico de dois mil e dezassete, encontra-se refletida a situação de elevada degradação económica e financeira da EMEC. Evidenciando, esta empresa municipal, indicadores de liquidez, solvabilidade e rentabilidade muito, mas mesmo muito, preocupantes.-----

-----Uma operação de saneamento financeiro de apenas aumento de capital próprio da empresa não será suficiente para conseguir um equilíbrio financeiro consistente e duradouro. Assim como não será a melhor solução o município continuar constantemente a transferir verbas para colmatar os desequilíbrios financeiros da EMEC, como tem acontecido em praticamente todos os anos desde a criação da empresa. É certo que nos últimos anos até parece que as verbas transferidas do município para a empresa são comparativamente mais reduzidas, mas na análise também temos que considerar que a amplitude e o âmbito de atuação da EMEC, nestes últimos anos, é também bem mais reduzida que a de anos anteriores.-----

-----Torna-se evidente e premente um repensar da estratégia e da oferta formativa da EMEC para o futuro. Até porque as contas consolidadas do grupo municipal só não apresentam uma maior degradação da sua estrutura financeira, comparativamente com as contas individuais do município, porque feliz, ou infelizmente, o peso da EMEC na consolidação das contas é relativamente reduzido.-----

-----O senhor presidente da Câmara avançou com a possibilidade de alguns parceiros poderem vir a participar no capital próprio da EMEC. A mim, à partida, não me choca essa possibilidade, desde que as eventuais entidades a participar no capital comunguem de objetivos e de uma mesma visão estratégica de desenvolvimento futuro para a empresa. Deste modo, senhor presidente da Câmara, permita-me que lhe diga que não consigo ver um grande elo de ligação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

na partilha de objetivos e estratégias entre o IPCA e a ACIB, com o Gil Vicente Futebol Clube, que foram entidades que avançou como potenciais parceiros para o capital da EMEC. Gostaríamos também de saber qual o ponto de situação relativamente a essa possibilidade, se o senhor presidente já contactou formalmente esses eventuais parceiros, e que *feedback* recebeu de cada um deles.-----

-----Na análise das contas consolidadas do grupo municipal no exercício económico de dois mil e dezassete, destacamos as rubricas onde a variação do seu valor monetário é mais acentuada e são basicamente duas: o resultado líquido do exercício, onde se saúda o primeiro exercício económico com resultado líquido positivo de uma gestão do Partido Socialista no município de Barcelos, e as provisões para riscos e encargos, onde se visualiza uma redução da provisão relativa aos processos judiciais em curso. Processos judiciais que foi o Partido Socialista que os criou. A subida de uma destas rubricas está precisamente relacionada com a descida da outra, ou seja, o resultado líquido, essencialmente, porque as provisões para os processos judiciais em curso criados pelo Partido Socialista descem de uma forma acentuada. O impacto das provisões para riscos e encargos duvidosos já não é novidade, já vem há vários anos esta discussão do impacto que as mesmas têm nas contas do município. Este impacto é até ignorado por várias pessoas que não fazem refletir o valor destas provisões no real endividamento atual do município. Coisa que se deveria acrescentar quer às dívidas de curto prazo, quer às dívidas de médio e longo prazo, estas dívidas potenciais que, mais tarde ou mais cedo, vão aparecer como dívidas efetivas. Até esta redução da provisão parece-nos um pouco precipitada porque não tem em consideração o elevado risco que o acordo da água tem de não obter parecer favorável quer da ERSAR, quer do Tribunal de Contas. Aliás, o parecer já conhecido e emitido pela ERSAR parece-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

nos vir comprovar o quanto esta redução poderá ter sido um pouco precipitada.-----

-----Permitam-me também que deixe ainda uma sugestão. Que das contas consolidadas do grupo municipal, a publicar no *site* da *internet* do município, conste o relatório da certificação legal de contas. Algo que não tem acontecido nos últimos anos, quer relativamente às contas consolidadas, quer relativamente às contas individuais do município. Até porque, por um lado, esse relatório de certificação legal de contas é uma parte integrante da prestação de contas e, por outro lado, existem diversos utilizadores das demonstrações financeiras que necessitam do relatório da certificação legal de contas para efetuarem uma análise mais profunda e precisa à situação económica e financeira do município. Já vimos, em Assembleias Municipais anteriores, que, nos últimos anos, Barcelos tem caído abruptamente no *ranking* do Índice de Transparência Municipal. A divulgação no *site* da *internet* do município do relatório da certificação legal de contas será, certamente, algo que poderá contribuir para uma maior transparência municipal.-----

-----Pelas razões que evidenciamos, e porque em termos políticos as contas consolidadas do grupo municipal, relativas ao exercício económico de dois mil e dezassete, primam, uma vez mais, pela ausência da realização de qualquer obra deveras estruturante e impactante para o concelho de Barcelos, o grupo parlamentar do PPD/PSD abster-se-á na votação desta proposta e, como habitual, é dada liberdade aos presidentes de Junta e de União de Freguesias para votarem de acordo com a sua consciência.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra, pelo Partido Socialista, o senhor deputado Nelson Brito.-----

DEPUTADO DO PS – Nelson Brito – Boa noite, novamente.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Também muito brevemente e de uma forma muito sintética também aqui deixar duas ou três notas em relação à intervenção do deputado Alexandrino Ribeiro.-----

-----Em relação à EMEC, sim, isto de facto aqui a novidade, e comparando estas contas com as contas que já foram aqui apresentadas do município, de facto a diferença tem a ver com a EMEC, porque o resto é materialmente irrelevante. E em relação à EMEC veio aqui evidenciar preocupação com a liquidez, com a solvabilidade e com a rentabilidade, no fundo a empresa dá poucos resultados, pouco lucro, curiosamente foi uma preocupação inversa daquela que há pouco ouvimos aqui no ponto anterior, não de si, mas de alguém que está perto de si. E aquilo que ouvimos aqui foi todo um conjunto de argumentos que apontam para aquilo que o Governo do PSD e do CDS quiseram fazer à EMEC: foi fechá-la. Como é evidente, todos sabemos isso. E a redução do âmbito da atuação da EMEC resultou de uma lei publicada pelo Governo anterior, como eventualmente todos se recordarão, uns quererão não recordar, e eu compreendo isso, mas compete-nos a nós recordar que foi isso. Portanto, houve aqui uma intenção clara de acabar com as empresas municipais, intenção do Governo do PSD e CDS anterior, mas que foi mitigada e que depois não acabou e depois conseguiram alguma coisa, não conseguiram tudo o que queriam. E, portanto, é natural que haja este constante ataque do PSD, eventualmente também do CDS, às empresas municipais e neste caso em concreto à EMEC.-----

-----Repensar a estratégia? Claro que sim. Faz sentido? Claro que faz. É evidente. A partir do momento em que há um corte, que acabou por ser súbito, da grande atividade daquilo que a EMEC fazia, é lógico que faz sentido repensar. Faz sentido, sim senhor. E isso está a ser feito. E seguramente haverá conclusões para futuro. Porque aquilo que é fundamental também pensarmos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

todos, que acho que é o que tem lógica, é dizer assim: as empresas municipais foram criadas com um objetivo de dar mais eficiência na gestão dos recursos públicos. Ou seja, permitir aos municípios realizar determinadas atividades com maior eficácia, maior rapidez, com instrumentos de gestão que, no âmbito de uma Câmara Municipal, é muito mais complicado, porque tem que fazer concursos, tem que fazer isto e aquilo, sem perder transparência, como é evidente. E aquilo que o município certamente está a fazer, e está de certeza, é comparar o custo e o benefício de realizar determinadas atividades através da EMEC, em relação à hipótese de as fazer internalizando no município. Se chegar à conclusão que todas as atividades da EMEC ficam muito mais caras na EMEC do que no município, aquilo que tem que fazer é internalizar. Se, pelo contrário, se concluir que há atividades que continuam a ser vantajosas realizarem-se na EMEC, pois com certeza colocá-las lá. E é isso que está a ser feito, com serenidade, mas com rapidez de atuação naturalmente porque a situação da empresa, obviamente em termos financeiros, não é brilhante, pelo contrário, muito embora ela contribua muito pouco para aquilo que é o consolidado municipal. Portanto, o peso da EMEC naquilo que é o consolidado do município de Barcelos é muito diminuto e o município mais uma vez tem aqui capacidade financeira e tem capacidade de gestão para poder tomar as decisões que tiver que tomar quer do ponto de vista financeiro, quer do ponto de vista da estratégia.-----

-----E era isto que queria aqui deixar.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Segundo período de inscrições de três minutos!-----

-----Alguém quer inscrever-se?-----

-----Perguntaria ao senhor presidente da Câmara se pretende intervir sobre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

este ponto.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Senhor presidente, muito obrigado.-----

-----Muito rapidamente e aqui para lamentar este desejo que o senhor deputado Alexandrino Ribeiro veio aqui manifestar.-----

-----Eu não sei porque é que os senhores desejam que a EMEC feche. O senhor naquilo que fez aqui foi desejar que a EMEC feche.-----

-----Depois, uma outra obsessão que não consigo entender. É o desejo que tem que o acordo das águas não funcione. Eu não sei porque é que tem esse desejo. Acreditem que o acordo das águas, se acontecer algum problema, eu como todos nós vamos sofrer com isto. Portanto, não é o presidente da Câmara que sofre sozinho, são todos os barcelenses.-----

-----Depois, fala aqui que não há certificação legal. Não lhe foi entregue a certificação? Eu percebi que não havia a certificação, até estava a ter o cuidado com o senhor presidente de saber se foi, poderia, por alguma razão... Mas deixe-me dizer-lhe que na certificação legal de contas os revisores dizem isto: *“As notas seis e oito (a oito é referente à EMEC) anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados Consolidados descrevem exhaustivamente a evolução dos processos relativos à Águas de Barcelos, S.A. e à Barcelos Futuro, S.A. e fundamenta as variações ocorridas no exercício nas provisões para processos judiciais em curso”*.-----

-----É evidente que a provisão que estava antigamente inscrita era superior porque estava sustentada naquele acordo de princípio do resgate. Esta foi ajustada naturalmente àquilo que é o acordo e se houver alguma necessidade, e eu espero que não, ela será ajustada em função.-----

-----Portanto, há uma realidade que, pela primeira vez, está provisionada e no passado, como se recordará, não foi provisionada, havia interpretações diferentes, era a questão de ser transitada em julgado a sentença, ou não, e foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

uma opção deste executivo inscrever a provisão em relação às águas e à PPP.----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Irámos então proceder à votação desta proposta!-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

-----*(Ninguém)*-----

-----Quem se abstém faz o favor de se levantar.-----

-----*(Trinta e quatro: dezoito do PSD, dez do BTF, três do CDS-PP, dois do BE, um do PCP)*-----

-----Esta proposta foi aprovada por maioria com zero votos contra e trinta e quatro abstenções.-----

-----Passaríamos agora ao ponto quatro da ordem do dia.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal na ampliação de um edifício destinado a indústria têxtil, situado na Rua António Carvalho, número dois, freguesia de Perelhal.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Inscrições, senhores deputados!-----

-----Não há inscrições?-----

-----Então passaríamos imediatamente à votação!-----

-----Quem vota contra?-----

-----*(Ninguém)*-----

-----Quem se abstém?-----

-----*(Quatro: um do BTF, dois do BE, um do PCP)*-----

-----Esta proposta foi assim aprovada por maioria com zero votos contra e quatro abstenções.-----

-----Passaríamos agora ao ponto cinco da ordem de trabalhos.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – Apresentação da proposta da Câmara Municipal a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

comunicar a assunção de encargos/compromissos plurianuais relativos à contratação de serviços de transportes escolares para o ano letivo de dois mil e dezoito/dois mil e dezanove.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, inscrições, por favor!-----

-----Faz favor, senhor deputado José Maria Cardoso.-----

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Muito boa noite.-----

-----Nós a partir de determinada intervenção já devíamos ter, digamos, uma gravação feita para a formalidade da apresentação.-----

-----Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Caras e Caros Colegas, Público, Comunicação Social e já agora também via *web*, mais uma vez, quem ainda nos possa ouvir.---

-----Se me permite, senhor presidente, antes de falar na questão e no ponto que está em análise, queria só fazer um esclarecimento sobre as minhas palavras de há pouco, que o senhor presidente, com toda a legitimidade, comentou e criticou.-----

-----Queria-lhe dizer que não fujo às palavras opaco, obscuro. As palavras têm significado, têm, sim senhor. Mas não têm um significado propriamente fechado, um sentido estanque, dependem do contexto onde são aplicadas. Ou seja, eu quando digo e admitindo que até possa ter uma interpretação dúbia, admito que sim, obviamente, e legítimo a sua interpretação, mas não foram aplicadas no sentido do destino a dar ao dinheiro ou na presunção de qualquer ilegalidade, de maneira alguma. E nem ofendem a credibilidade de ninguém. São aplicadas no sentido de não haver clarificação das intenções desse dinheiro, que é diferente. É algumas dúvidas que subsistem sobre em que é que se aplicam estas verbas. Portanto, não é sobre a questão técnica da gestão financeira, mas, sim, como uma crítica e uma análise política, é sempre nessa perspetiva. Porque tal como o senhor disse, com todo o direito e assim deve



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

ser, por vezes algumas discussões possam levar à má interpretação da política dos políticos, eu também sou totalmente contra a esse populismo demagógico de se considerar que os políticos são todos iguais e muito menos considerar que todos são corruptos, obviamente que não, a grande maioria não são. E é um perigo para a própria democracia assim se considerar. E pelo menos considero-me democrata e como tal nunca aplicaria estes termos nesta perspetiva, admitindo a interpretação dúbia e a interpretação que acabou de ter, mas de maneira alguma ela tinha esse significado nem nunca terá, pelo menos da minha parte, não é isso que importa para o caso.-----

-----Sobre o ponto que está aqui em análise, dizer duas ou três coisas que me parecem importantes.-----

-----Primeiro, vejamos o valor que está em consideração. É elevado. Isto implica que a Câmara Municipal ao momento seja o grande cliente destas empresas de transporte. E como tal, como grande cliente que é, tem que ter e tem tido algum desse cuidado, mas acho que esse cuidado ainda deve ser aumentado, deve ter um princípio de fiscalização sobre a forma como os estudantes, crianças, menos crianças, conforme os casos, são transportados. Ainda há relatos, muitos relatos, de alunos que são transportados em condições de não total segurança, para não dizer de insegurança. Ainda há relatos e há casos de desajustamento de horários que implicam que alunos que vivem por vezes a dez/doze quilómetros da sede do concelho, daqui das suas escolas, nomeadamente quem frequente o ensino secundário que tem que fazer maiores deslocações, e que tem coisas do género de ter que se levantar às cinco e meia/seis da manhã diariamente para apanhar o autocarro às sete e dez e para chegar às escolas, e digo-lhe com um caso concreto, às escolas às oito menos vinte/oito menos um quarto, começando as aulas às oito e vinte. Alunos que se deslocam, por exemplo, de Vila Cova. Alunos que se deslocam de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

Fragoso. Portanto, não são assim tantos, tantos quanto isso. É fundamentalmente porquê? Porque a empresa chega cá com esses alunos e depois ainda vai fazer mais um serviço, deixando esses alunos às oito menos vinte/oito menos um quarto para iniciar aulas às oito e vinte. Isto nomeadamente no inverno não é nada apetecível, convenhamos que não é nada apetecível.-----

-----Portanto, acho que deve haver aqui mais cuidado nesse sentido e mais atuação nesse sentido, até porque na verdade há aqui um papel importante a ter em atenção sobre o transporte destes alunos.-----

-----Por exemplo, também gostava de questionar se está pensado ou se está para ser efetivado o pagamento integral do passe dos alunos que frequentam o ensino secundário que hoje, como sabe, os doze anos são de escolaridade obrigatória e, por isso, os alunos não têm outra opção que não seja frequentar, se está pensada esta situação e se isto é equacionado.-----

-----E já agora dizer que esta questão levanta um outro problema que já há bocado falei, e já foi focado também por outras intervenções, que é a necessidade de se pensar num serviço de transportes coletivos urbanos. Pelo menos numa primeira fase periurbano, nesta área envolvente onde vive uma grande parte, mas expandir-se para o resto do concelho, e tendo até um fator pedagógico a ter em atenção, por exemplo, com autocarros com meios movidos a energias alternativas, a energias limpas. Até indo de encontro àquilo que é uma das palavras muito badaladas neste orçamento municipal que agora está em vigor, que é a da descarbonização. É importante pensar-se sobre isto, não são as empresas privadas que vão pensar nisto, é a autarquia que tem aqui um papel importante e pedagógico sobre esta situação. Por exemplo, ainda há bocado falávamos da questão quando se falou no aspeto relacionado com a deslocação das pessoas para a Caixa Geral de Depósitos central. Ora, não há



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

meios de transporte públicos que façam isto. É fundamental pensar-se nesta deslocação de pessoas até mais idosas que muitas vezes têm muitas necessidades de deslocação. É necessário pensar-se sobre esta situação e ver até que ponto é que é viável finalmente ter-se um serviço de transportes coletivos urbanos na nossa cidade e no nosso espaço periurbano.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra a senhora deputada Rita Torre, do Partido Socialista.-----

DEPUTADA DO PS – Rita Torre – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora e Senhor Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimas Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Excelentíssimos Membros da Assembleia, Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta e de União de Freguesia, Excelentíssimo Público, Membros da Comunicação Social e os resistentes que nos acompanham via *web*.-----

-----Quanto ao ponto em apreço, queria enfatizar aqui vários aspetos e relembro que apesar da lei comprometer os municípios a cobrir as despesas relativas a distâncias a partir de quatro quilómetros da distância em relação à escola, o nosso município cobre viagens a partir de um quilómetro e meio. Portanto, isto já demonstra que há aqui uma preocupação especial com a comunidade escolar.-----

-----Além disso, e a propósito da preocupação com os alunos do secundário, estão também cobertos a cem por cento as viagens dos alunos do ensino secundário com dificuldades económicas. Neste momento os alunos do secundário pagam cinquenta por cento, mas aquelas famílias que demonstrarem que têm dificuldades económicas o município já neste momento cobra a cem por cento essas viagens.-----

-----No âmbito da desmaterialização administrativa, o município de Barcelos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

também tem alguns aspetos significativos e até comparativamente com outros municípios, que é o caso da possibilidade de se poder aceder ao passe escolar através da *internet*, via *online*, através da plataforma da educação.-----

-----Por outro lado, tem havido também uma grande preocupação, apesar de nós sabermos que todos os anos existem situações pontuais, tem havido uma grande preocupação na articulação da resposta do transporte público com os agrupamentos escolares e nomeadamente todos os anos, em fevereiro, é pedido às escolas e aos agrupamentos escolares uma proposta de horário, uma proposta de necessidades para o ano letivo seguinte. E, em setembro, dentro da medida do possível, são feitos os ajustamentos necessários, embora percebemos que haja situações pontuais que possam permanecer ao longo do ano letivo, mas tenta-se sempre prever, precaver essas situações com alguma antecedência.-----

-----Por isso, estes aspetos revelam que o nosso executivo tem uma preocupação especial com a educação, com os nossos jovens, muito em especial com a comunidade escolar e com as famílias.-----

-----Obrigada pela vossa atenção.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada.-----

-----Segundo período de inscrições de três minutos!-----

-----Alguém quer inscrever-se?-----

-----O senhor presidente da Câmara quer usar da palavra?-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente. Não pretendo.-

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Esta proposta não tem votação, é uma mera informação à Assembleia Municipal, porquanto a autorização já consta das grandes opções do plano e orçamento de dois mil e dezoito do município de Barcelos, que foi submetido a esta Assembleia atempadamente.-----

-----Passaríamos ao ponto seis da ordem de trabalhos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

SEGUNDO SECRETÁRIO – Apresentação, para conhecimento, da proposta da Câmara Municipal relativa à alteração do Plano Diretor Municipal de Barcelos por adaptação ao Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e respetiva declaração.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Inscrições!-----

-----Ninguém quer inscrever-se?-----

-----Senhor presidente da Câmara, quer usar da palavra sobre este ponto?----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado. Não pretendo.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado. Esta também é uma proposta de mera informação, também não tem votação.-----

-----Passaríamos ao ponto sete da ordem do dia.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Inscrições, por favor!-----

-----O senhor deputado Hugo Cardoso, do PSD, tem a palavra.-----

DEPUTADO DO PSD – Hugo Cardoso – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----No concelho de Barcelos é conhecida a necessidade de ampliar e requalificar vários cemitérios e espaços envolventes.-----

-----Como sabemos, os cemitérios são paroquiais, da freguesia, mas a autarquia freguesia não possui meios financeiros e acaba por ser necessário acordos entre a Câmara Municipal e as Juntas para permitir a execução dessas obras.-----

-----A Câmara não pode alhear-se dessa responsabilidade porque é uma atribuição que lhe pertence, para defesa, nomeadamente, da saúde pública das populações.-----

-----Nós gostaríamos de saber e perguntar ao senhor presidente:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Qual o ponto da situação em termos de cumprimento do plano do município relativamente às ampliações e requalificações de cemitérios paroquiais?-----

-----Quais os valores aprovados e/ou previstos para cada um dos cemitérios a intervir?-----

-----Quais os cemitérios onde não existe acordo para aquisição de terrenos para o alargamento?-----

-----E se a Câmara equaciona fazer a posse administrativa onde não existe esse acordo.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado Júlio Loureiro, do PSD.-----

DEPUTADO DO PSD – Júlio Loureiro – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Senhora e Senhor Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Caros Colegas, Caros Barcelenses, Senhores Jornalistas.-----

-----O tema que me traz aqui hoje diz respeito aos seguintes pontos da informação escrita do senhor presidente:-----

-----A denúncia do contrato com o Gil Vicente;-----

-----A revogação das propostas número doze e treze de vinte e dois de setembro de dois mil e dezassete;-----

-----E a aceitação por parte do município dos projetos para implantação dos campos de treino.-----

-----Não vou aqui alongar-me quanto ao *timing* escolhido na altura para a assinatura do protocolo com o Gil Vicente – vinte e dois de setembro de dois mil e dezassete –, umas semanas antes das eleições, sob indicação de ser uma necessidade premente, que avançaria de imediato, cujas obras estariam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

concluídas no final da época desportiva que estava a decorrer... Enfim, o desfecho que agora vemos parece clarificar o porquê do tão apressado anúncio.-----

-----Mas, o que lá vai lá vai, e tendo em conta os novos desenvolvimentos, solicitamos que o senhor presidente nos esclareça as seguintes questões:-----

-----Quais as razões que conduziram a este ponto? Passados nove meses o que era premente e ia avançar de imediato é revogado... É noticiado que se deveu ao IVA a pagar pelas obras, que a Câmara Municipal pagará seis por cento, enquanto o Gil Vicente pagaria vinte e três por cento. Aquando da assinatura do protocolo desconheciam isto? Ou há mais alguma situação que tivesse levado a este acontecimento?-----

-----Senhor presidente, aquando da assinatura do protocolo reforçou a sua importância quer para o Gil Vicente, quer para Barcelos, dado que o Gil Vicente é promotor da marca Barcelos. Elencou as dificuldades existentes, o não sacrificar o Estádio Cidade de Barcelos, os custos e riscos com as deslocações para outros campos, pois bem, esta situação continua!-----

-----Queremos então saber: o que é que vai então, efetivamente, fazer a Câmara, como e quando, para ajudar a solucionar tudo isto?-----

-----Houve a aceitação por parte do município dos projetos para implantação dos campos de treino? Gostaríamos que, se fosse possível, nos informasse o que é que compreendem esses projetos.-----

-----Por fim, foi dito pelo presidente do Gil Vicente que a Câmara avançará com as obras... Antes a autarquia dizia que cederia a exploração dos terrenos, mais cerca de cem mil euros. Gostaríamos que nos informasse como é que será agora.-----

-----É dito ainda que as obras estarão concluídas até a final de dois mil e dezoito. Questionávamos se o senhor presidente nos pode confirmar isso.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----São estes os esclarecimentos que pretendemos.-----

-----Obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Penso que não há mais inscrições, iria dar a palavra ao senhor presidente da Câmara. Faz favor, senhor Presidente.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado. Para dizer uma coisa muito simples:-----

-----As perguntas que me foram feitas aqui na Assembleia, naturalmente eu não tenho aqui dados nem elementos para poder responder, agradecia que os senhores deputados me fizessem por escrito e com certeza que responderei às vossas perguntas.-----

-----Só apenas para esclarecer o senhor deputado Hugo Cardoso que se a responsabilidade é das Juntas para os terrenos, a posse administrativa também tem que ser desenvolvida pela Junta.-----

-----Aquilo que nós estamos a fazer é, em sintonia com os senhores presidentes de Junta, apoiar a aquisição daquilo que é os terrenos. A posse, penso que sabe, a partir do momento que o instrumento da posse está concluído do ponto de vista legal, tem que ser feito o depósito se não houver acordo com os proprietários, isto é, se for posse administrativa.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Terminado a ordem do dia, eu iria propor aos senhores deputados, nos termos do artigo cinquenta e sete, número três, da Lei setenta e cinco/dois mil e treze, a aprovação da ata por minuta, ou seja, com o teor das deliberações e o sentido das votações, porquanto pela natureza e pela urgência de dar execução a algumas delas se mostra essa necessidade.-----

-----Portanto, eu iria perguntar aos senhores deputados:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Quem vota contra esta proposta faz o favor de se levantar.-----

------(Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

------(Ninguém)-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Desejo a todos uma muito boa noite, um bom regresso a casa, e dou por encerrada a sessão.-----

-----A sessão terminou à uma hora e trinta minutos do dia vinte e nove de junho de dois mil e dezoito.-----

-----Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Celestino Linhares da Silva, para o efeito designado, redigi e subscrevo e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

(Horácio Barra)

O COORDENADOR TÉCNICO

(Celestino Linhares da Silva)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS
(Gabinete do Presidente)

ÍNDICE

Ata nº 4 de 28 de junho de 2018

| FOLHA | ASSUNTO |
|--------------|---|
| 01 | Apresentação da ordem de trabalhos |
| 05 | Voto de Pesar |
| 08 | Proposta para eleição do representante das Juntas de Freguesia à Comissão Municipal de Proteção Civil do Concelho de Barcelos |
| 10 | Proposta de alteração da composição da Comissão de Acompanhamento da Linha de Muito Alta Tensão |
| 13 | Moção contra a intenção de encerramento da agência de Arcozelo da CGD |
| 27 | Período de antes da ordem do dia |
| 27 | Recomendação do CDS-PP |
| 37 | Moção do PS |
| 59 | Período de intervenção do público |
| 69 | Eleição do representante dos presidentes de Junta de Freguesia à Comissão Municipal de Proteção Civil do Concelho de Barcelos |
| 70 | Período da ordem do dia |
| 70 | Aprovação da ata da sessão de 27 de abril de 2018 (1º Ponto) |
| 71 | Discussão e votação da 1ª Revisão ao Orçamento Municipal e Opções do Plano do ano de 2018 (2º Ponto) |
| 82 | Divulgação dos resultados da eleição |
| 82 | Discussão e votação dos documentos relativos às Contas Consolidadas do Grupo Municipal, do exercício económico de 2017 (3º Ponto) |
| 89 | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal na ampliação de um edifício destinado a indústria têxtil, situado na Rua António Carvalho, nº 2, freguesia de Perelhal (4º Ponto) |
| 89 | Apresentação da proposta da Câmara Municipal a comunicar a assunção de encargos/compromissos plurianuais relativos à contratação de serviços de transportes escolares para o ano letivo de 2018/2019 (5º Ponto) |
| 95 | Apresentação, para conhecimento, da proposta da Câmara Municipal relativa à alteração do Plano Diretor Municipal de Barcelos por adaptação ao Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e respetiva declaração (6º Ponto) |
| 95 | Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo (7º Ponto) |
| 98 | Aprovação da ata em minuta |